

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE OUTUBRO DE 2005,
ÀS 08:00 HORAS.

ATA Nº 142 - “A”

PRESIDENTE - DEPUTADO ZECA D’ÁVILA (EM EXERCÍCIO)

1º SECRETÁRIO - DEPUTADO RIVA

2º SECRETÁRIO - DEPUTADO DILCEU DAL BOSCO (*AD HOC*)

O SR. PRESIDENTE (ZECA D’ÁVILA) - Com a proteção de Deus, havendo número regimental, declaro aberta a presente Sessão.

Convido o Sr. Deputado Dilceu Dal Bosco para assumir a 2ª Secretaria e proceder à leitura da Ata.

(O SR. 2º SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 28 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS.)

O SR. 2º SECRETÁRIO - Lida a Ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ZECA D’ÁVILA) - Em discussão a Ata que acaba de ser lida (PAUSA). Não havendo impugnação, dou-a por aprovada.

Com a palavra, o Sr. 1º Secretário, para proceder à leitura do Expediente

O SR. 1º SECRETÁRIO (LÊ) - “Ofício nº 240/2005, da SEMA, encaminhando cópia de ofício nº 572/05, de 09 de setembro, do Magnífico Reitor da UFMT, solicitando a inclusão dos animais do Jardim Zoológico da UFMT na área a ser afetada para implantação do Jardim Botânico; Ofício nº 527/2005, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação, solicitando informações sobre a existência de legislação e projetos de lei criados e aprovados no Estado referentes à Discriminação Racial e Discriminação aos Homossexuais; Ofício nº 004/05, do Conselho Deliberativo do CONDEPRODEMAT, informando que foi adiada a reunião marcada para o dia 29 de setembro para próxima data que será comunicada posteriormente; Ofícios nºs 605, 607 e 612/2005, da Casa Civil, em resposta às Indicações nºs 1248/2005, de autoria do Deputado Campos Neto; 1493/2005, de autoria do Deputado Dilceu Dal Bosco; 457/2005, de autoria do Deputado Ságua”.

“Ofício nº TCE/MT/6.588/PRES-2005, datado em Cuiabá, 27 de setembro de 2005, do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, ao Presidente da Assembléia Legislativa, Exmº Sr. Deputado Silval Barbosa.

Senhor Presidente,

Temos o prazer de remeter a Vossa Excelência, para fins de julgamento, o Processo nº 16.849-1/2005-TC, de fls. 01 a 92-TC, que trata do Balancete do mês de agosto do exercício de 2004 desta Corte de Contas, que, em Sessão Plenária realizada no dia 27.09.2005, recebeu à unanimidade dos Senhores Conselheiros, face à sua regularidade, Parecer Prévio Favorável nº 66/2005, conforme se vê à fl. 91 dos autos.

Atenciosamente,

Conselheiro UBIRATAN SPINELLI

Presidente.”

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE OUTUBRO DE 2005,
ÀS 08:00 HORAS.

Lido o Expediente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ZECA D'ÁVILA) - Encerrada a primeira parte, passemos à segunda parte do Pequeno Expediente.

Gostaria de convidar o Deputado Eliene para assumir a direção dos trabalhos a fim de que eu possa fazer uso da palavra no Pequeno Expediente.

(O SR. DEPUTADO ELIENE ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 09:20 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (ELIENE) - Com a palavra, o Deputado Zeca D'Ávila.

O SR. ZECA D'ÁVILA - Sr. Presidente, Sr^a Deputada, Srs. Deputados, eu vou usar do Pequeno Expediente para falar da nossa satisfação pela aprovação das contas do ex-Prefeito Jaime Campos, de Várzea Grande, pela votação de cinco a zero. Não votaram o Presidente e seu irmão, Júlio José de Campos, com louvor.

Então, nós do PFL ficamos extremamente satisfeitos com a aprovação das contas do nobre ex-Governador e ex-Prefeito de Várzea Grande, por três vezes, Jaime Veríssimo de Campos, pelo brilhante trabalho, pelo brilhante desempenho à frente do Governo do Estado, na época, e da Prefeitura de Várzea Grande e agora, recentemente, terminando seu mandato em 1º de janeiro de 2005.

Portanto, quero deixar registrado nos Anais desta Casa, como pefelista, a satisfação de termos um companheiro dessa natureza, que suas contas são aprovadas por unanimidade pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso. Parabéns, Várzea Grande; parabéns, Jaime Campos; parabéns, Mato Grosso pela posição e conduta com que pessoas que militam no PFL tratam a coisa pública nesses municípios administrados pelo PFL e no Estado de Mato Grosso no passado. Muito obrigado. E um abraço a todos.

O SR. PRESIDENTE (ELIENE) - Convido o Deputado Zeca D'Ávila para reassumir a Presidência.

O Sr. Alencar Soares - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (ELIENE) - Só um minuto.

(O SR. DEPUTADO ZECA D'ÁVILA REASSUME A PRESIDÊNCIA, ÀS 09:22 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (ZECA D'ÁVILA) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Alencar Soares.

O SR. ALENCAR SOARES - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^a Deputada, eu estou pedindo a palavra, pela Ordem, porque a Mensagem n° 68/05, que reestrutura o Fundo de Desenvolvimento do Sistema de Pessoal - FUNDESP e dá outras providências, de que foi pedida vista na Comissão, foi devolvida. Eu estou entregando às suas mãos para que Vossa Excelência a coloque na Ordem do Dia. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ZECA D'ÁVILA) - Com a palavra, o nobre Deputado Eliene.

O SR. ELIENE - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu venho aqui a este Pequeno Expediente aqui para fazer algumas Indicações, em parceria com o Deputado Riva.

1ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exm° Sr. Governador do Estado e ao Exm° Sr. Secretário de Estado de Infra-estrutura, a urgente necessidade de recuperação de 95 quilômetros (noventa e cinco quilômetros) de estrada na comunidade assentamento sadia II, no município de Cáceres.

Nos termos do art. 245 e seguintes da Consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requero à Mesa, ouvido o Soberano Plenário, que seja encaminhado expediente indicatório ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e ao Exmo Sr. Secretário de Estado de Infra-Estrutura, expondo a urgente necessidade de recuperação de 95km de estradas na comunidade Assentamento Sadia II, no município de Cáceres. As estradas estão assim distribuídas:

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE OUTUBRO DE 2005,
ÀS 08:00 HORAS.

06km..... Vila Boqueirão;
11km..... Comunidade Vale Verde;
12km..... Comunidade Carandá;
16km..... Comunidade Flechas;
25km..... Comunidade Nova Flechas;
25km..... Comunidade Sadia.

JUSTIFICATIVA

A Comunidade Sadia II está em fase de se tornar um distrito. É formada por aproximadamente 600 famílias e está localizada no km-663 da BR 070. Sua economia é baseada na produção de leite e agricultura de subsistência.

Por sua característica rural, é de grande importância que suas estradas estejam em boas condições, tanto para o transporte diário do leite como o trânsito de pessoas, principalmente alunos.

Existem pelo menos 95km de estradas em todo o futuro Distrito Sadia II, que necessitam com urgência de recuperação. Elas se distribuem por comunidades da seguinte maneira:

06km..... Vila Boqueirão;
11km..... Comunidade Vale Verde;
12km..... Comunidade Carandá;
16km..... Comunidade Flechas;
25km..... Comunidade Nova Flechas;
25km..... Comunidade Sadia.

Diante dos fatos expostos, solicitamos providências imediatas para a recuperação das referidas estradas, o que possibilitará a redução de custos nos transportes, além de melhorar o tráfego, facilitando o escoamento da produção e a integração regional.

Com estes argumentos, justificamos a indicação aguardando aprovação pelos nobres Pares e atendimento pelo órgão competente.

Plenário das Deliberações, 05 de outubro de 2005.

Deputado ELIENE - PP

Deputado RIVA - PP

Aqui vem o detalhamento dos trechos que mais necessitam dessa reforma.

2ª) **INDICAÇÃO:** Indica ao Exm^o Sr. Governador do Estado e a Exm^a Sr^a Secretária de Estado de Educação, a urgente necessidade de viabilizar recursos, através de parceria com o município, para a construção de 08 (oito) salas de aula na escola localizada no Projeto de Assentamento Juruena I, Comunidade São Bento, no Município de Brasnorte.

Com fulcro no art. 245 do Regimento Interno, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exm^o Sr. Governador do Estado, a Exm^a Sr^a Secretária de Estado de Educação, expondo a urgente necessidade de providenciar a liberação de recursos para a construção de oito salas de aula, no P.A. Juruena I, Comunidade São Bento, no Município de Brasnorte.

JUSTIFICATIVA

Apresentamos a presente matéria atendendo às reivindicações do Vereador Junior da Saúde.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE OUTUBRO DE 2005,
ÀS 08:00 HORAS.

Com a regularização do PA Juruena I, muitas famílias fixaram residências em suas parcelas, aumentando assim a demanda de alunos na comunidade, em especial no ensino fundamental.

A escola construída no PA Juruena I, Comunidade de São Bento, não possui salas suficientes para atender todos os alunos, o que faz com que muitos assistam aulas em condições desfavoráveis.

A situação é crítica, a direção tem se esforçado para que nenhum aluno fique sem matrícula e sem aula. Entretanto, se pelo menos (08) oito salas de aula não forem construídas, logo haverá alunos fora da escola.

Sabemos o quanto este Governo tem trabalhado em prol da educação e não temos dúvidas de que possui a noção da importância desse problema, que não é a partir de agora, apenas de Brasnorte, mas de todos nós.

Com estes argumentos, justificamos esta indicação, aguardando aprovação pelos nobres Pares e atendimento pelo órgão competente.

Plenário das Deliberações, 05 de outubro de 2005.

Deputado ELIENE - PP

Deputado RIVA - PP

3ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado e a Exmª Srª Secretária de Estado de Educação a necessidade realizar uma parceria entre o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal de Poconé, para que sejam viabilizados recursos para a construção de uma quadra poliesportiva coberta, na Escola Municipal Eliosa Helena Aidamus Freire, localizada no Bairro São Judas Tadeu.

Nos termos do art. 245 e seguintes da Consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado e a Exmª Srª Secretária de Estado de Educação, a necessidade realizar uma parceria entre Governo do Estado e Prefeitura Municipal de Poconé, para que sejam viabilizados recursos para construção de uma quadra poliesportiva coberta na Escola Municipal Eloísa Helena Aidamus Freire, localizada no bairro São Judas Tadeu.

JUSTIFICATIVA

A construção de uma quadra poliesportiva coberta é um apelo da Direção dos estudantes e de toda comunidade, pois atenderia não só a Escola Municipal Eloísa A. Freire Helena, mas também os moradores que estão privados da prática desportiva e de lazer por não contar com um local adequado.

Somos cômnicos que através das atividades desportivas os jovens adquirem disciplina, saem da rua, ficam menos vulneráveis ao envolvimento com drogas. O esporte é um agente importante na formação da personalidade, um grande aliado do Planejamento Escolar, sendo fundamental na socialização da clientela estudantil e na construção do exercício da cidadania.

Vale ressaltar que, a disciplina de Educação Física faz parte da grade curricular como as demais, sendo imprescindível espaço adequado para o desenvolvimento das práticas das atividades físicas e desportivas.

Com base no acima exposto, justificamos esta proposição, aguardando aprovação do duto Plenário e pronto atendimento das autoridades competentes.

Plenário das Deliberações, 05 de outubro de 2005.

Deputado ELIENE - PP

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE OUTUBRO DE 2005,
ÀS 08:00 HORAS.

Deputado RIVA - PP

4ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado e ao Sr. Gerente do Serviço Móvel Pessoal da filial Mato Grosso - TIM a instalação de Serviço Móvel Pessoal no Município de Novo Horizonte do Norte.

Nos termos do art. 245 e seguintes da Consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado e ao Sr. Gerente do Serviço Móvel Pessoal da Operadora TIM, mostrando a necessidade da instalação de Serviços Móvel Pessoal no Município de Novo Horizonte do Norte.

JUSTIFICATIVA

Em reunião com os Parlamentares do Município de Novo Horizonte do Norte, sito, Ilmº Sr. Felipinho H. de Oliveira, Presidente da Câmara de Vereadores, Srª Maria C. B. Roque Sena, Vice-Presidente da Câmara de Vereadores, Sr. Cláudio F. Amorim, 1º Secretário da Câmara de Vereadores e Sr. Geraldo P. Gomes, Vereador. Recebemos a solicitação que é reivindicação dos municípios.

Segundo as informações dos respectivos parlamentares, os munícipes de Novo Horizonte do Norte têm reivindicado insistentemente a instalação de uma antena de telefonia móvel na região. Com uma população de aproximadamente 5.500 (cinco mil e quinhentos) habitantes, sendo que o município está inserido em uma bacia leiteira do Estado, o desgaste dos pequenos e grandes fazendeiros tem sido muito grande pela ausência do telefone móvel pessoal. Haja vista que o Município de Novo Horizonte do Norte dista de Cuiabá aproximadamente 630 quilômetros, sendo que 270 quilômetros são realizados em estradas de chão.

Além disso, o Município de Novo Horizonte do Norte é composto de 03 (três) glebas que distam aproximadamente 15 quilômetros uma da outra e 17 quilômetros da zona urbana do município. Essas glebas são compostas de pequenos produtores leiteiros e possuem uma população de 210 famílias que ficam impossibilitadas de agilizar as transações comerciais devido à ausência da telefonia móvel pessoal.

Com o exposto justificamos a indicação aguardando a apreciação pelos nobres Pares e pronto atendimento pelo órgão responsável.

Plenário das Deliberações, 05 de outubro de 2005.

Deputado ELIENE - PP

Deputado RIVA - PP

E uma Indicação em parceria com o Deputado Alencar Soares.

5ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado e ao Ilmº Sr. Superintendente da Previdência e Assistência Social - Mato Grosso a necessidade de instalar uma Agência no Município de Querência.

Nos termos do art. 245 e seguintes da Consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado e ao Ilmº Sr. Superintendente da Previdência e Assistência Social - Mato Grosso, mostrando a urgente necessidade de instalar uma Agência no Município de Querência.

JUSTIFICATIVA

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE OUTUBRO DE 2005,
ÀS 08:00 HORAS.

O Município de Querência dista da Capital aproximadamente 900 quilômetros e apresenta uma população de 7.274 (sete mil duzentos e setenta e quatro) pessoas, de acordo com o censo de 2000. É o maior produtor de grãos da região do baixo Araguaia. De acordo com as informações dos vereadores do município não existe nenhuma agência da previdência no município.

Segundo os Vereadores de Querência a instalação da agência beneficiará várias cidades do Baixo Araguaia como: Confresa, Canarana, Gaúcha do Norte, Bom Jesus, Alto da Boa Vista, Luciara, Serra Nova Dourada, Novo Santo Antônio, São Félix do Araguaia, Porto Alegre do Norte, Canabrava do Norte, Santa Cruz do Xingu, São José do Xingu, Vila Rica e Santa Terezinha.

Aposentados, produtores rurais de pequeno e médio porte, funcionários de empresas privadas tornam-se extremamente prejudicados devido à distância, pois a agência mais próxima está em Água Boa que dista aproximadamente 200 (duzentos) quilômetros.

Portanto, fica extremamente oneroso para os beneficiários do INSS ter acesso aos benefícios devido aos gastos com transporte, alimentação e hospedagem.

Com base no exposto, justificamos esta indicação aguardando aprovação pelos nobres Pares e imediato atendimento pelos órgãos competentes.

Plenário das Deliberações, 05 de outubro de 2005.

Deputado ELIENE - PP

Deputado ALENCAR SOARES - PP

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ZECA D'ÁVILA) - Com a palavra, o nobre Deputado J. Barreto.

O SR. J. BARRETO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^a Deputada.

Sr. Presidente, nas diversas Secretarias do Estado há uma demora muito grande, quando o idoso deve ser tratado com a máxima prioridade pelos órgãos públicos deste Estado.

No mês de setembro comemoramos o Dia do Idoso, a Semana do Idoso e, com certeza, o nosso Projeto de Lei, dando às Secretarias de Estado, agilidade para um tratamento que beneficia àquele que já tem mais de 60 anos de idade, vem facilitar a vida - Dr. Francisco Monteiro - das pessoas que buscam a aposentadoria no Estado, das pessoas que querem melhorar a sua vida, Deputado Renê Barbour... Não a de Vossa Excelência... Vossa Excelência, graças a Deus, não precisa, mas milhares e milhares de funcionários acima de 60 anos precisam ter uma maior agilidade nas Secretarias do Estado.

Sr. Presidente, para apresentar algumas proposições de nossa autoria:

1^a) PROJETO DE LEI:

Institui a prioridade de tramitação aos procedimentos administrativos em que figure como parte pessoa com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, sanciona e o Governador do Estado aprova a seguinte lei:

Art. 1º Os procedimentos administrativos que tramitam nos órgãos do Governo do Estado, em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos, terão prioridade na tramitação de todos os atos e diligências em qualquer instância.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE OUTUBRO DE 2005,
ÀS 08:00 HORAS.

Art. 2º O interessado na obtenção desse benefício deverá juntar a prova de sua idade, requerendo à autoridade administrativa competente para processar o feito, que determinará a adoção das providências a serem cumpridas, para o fiel desempenho desta lei.

Art. 3º Concedida a prioridade, esta não cessará com a morte do beneficiário, estendendo-se em favor do cônjuge supérstite, companheiro ou companheira, com união estável, maior de sessenta e cinco anos.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O envelhecimento da população, que vem ocorrendo nas últimas décadas em todo o mundo, tem provocado uma mudança brusca no perfil demográfico em todos os países, transformando-se em preocupação e tema de discussão, frente as necessidades geradas por essa nova demanda.

As principais causas do envelhecimento da população estão relacionadas a queda na fertilidade e aumento da esperança de vida.

O envelhecimento é um processo natural e inevitável, sendo assim, a velhice é uma fase que, como a infância, a adolescência e a juventude, faz parte do ciclo biológico e natural da vida. No entanto, trata-se de uma construção social e histórica devido às variadas formas pelas quais o processo de envelhecimento é entendido e vivido nas diferentes sociedades.

Várias são as estratégias para se proporcionar melhores condições de vida às pessoas idosas.

Toda vez que pudermos contribuir para que isso se torne realidade, estaremos propondo ações que tragam algum benefício às pessoas que muito já contribuíram para a existência dos mais jovens e pela melhoria de nossas vidas.

Tudo que possa beneficiar, romper com o isolamento, abandono, apartação e discriminação enfrentados pelos idosos, nós estaremos propondo.

Promover ao idoso oportunidade de acesso a tudo que lhe beneficia, estimula o desenvolvimento do protagonismo social e sua autonomia, condições importantes para um envelhecimento com qualidade de vida.

Plenário das Deliberações, 05 de outubro de 2005.

Deputado J. BARRETO - PL

2ª) **MOÇÃO DE APLAUSOS:** Com fundamento no que dispõe o Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o soberano Plenário, que seja remetida aos organizadores do evento “Rio Vermelho Vivo Etapa Afluentes Escondidinho” - Coordenadora Geral: Mariene de Abreu Fagundes; Coordenadora de Meio-Ambiente: Profª Antônia Marília Nardes e a Coordenadora de Turismo: Elenita Fagundes Freitas e ao Presidente da UNISAL: Guimar Rodrigues de Oliveira e em especial ao Deputado Welinton Fagundes em Rondonópolis, a Moção de Aplausos nos seguintes termos.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, representando o meu pensamento, vem manifestar o seu aplauso aos organizadores do 5º evento do Rio Vermelho Vivo, nesta edição, “Rio Vermelho Vivo Etapa Afluentes Escondidinho”, através de suas coordenadoras, com a realização nos dias 31 de agosto e 01 e 02 de setembro.

O encontro fez parte de uma mobilização ecológica inserida no Movimento Permanente de Defesa da Bacia Hidrográfica do Rio Vermelho, que corta aquela região - Rio Vermelho Vivo.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE OUTUBRO DE 2005,
ÀS 08:00 HORAS.

O evento, que tornou-se um dos símbolos quanto à necessidade de preservação do Rio Vermelho, desta vez lembrou também a população sobre a importância de seus afluentes.

A escolha do Córrego Escondidinho como foco de atuação dessa 5ª edição do Rio Vermelho Vivo deve-se à situação de urgência que esse afluente do Rio Vermelho vem passando, com graves problemas ambientais e com comunidades ribeirinhas carentes de infra-estrutura. Assim, como acontece todos os anos, contou com o envolvimento de vários órgãos e o que mais se destacou foi a participação ativa da população ribeirinha, que compareceu em peso e ajudou na limpeza do córrego.

Entre as atividades desenvolvidas como: prevenção no trânsito, meio-ambiente e turismo, destacamos a participação dos mototaxistas que se conscientizaram que assuntos como trânsito e meio-ambiente podem estar intimamente ligados e que eles têm a responsabilidade com suas vidas e de seus passageiros, quando recebem turistas que visitam a cidade de Rondonópolis.

A atuação do Deputado Welinton Fagundes tem coroado de sucesso todos os eventos do Rio Vermelho Vivo, onde a preocupação com o meio ambiente se tornou um fato universal diante dos resultados dos atos inconseqüentes da sociedade em relação à natureza. Essa realidade começou a mudar a partir de 2000, quando se criou o projeto Rio Limpo, Rio Vivo, que envolveu a comunidade ribeirinha na discussão da preservação ambiental, da recuperação das margens do rio e na valorização dessa importante fonte de vida.

Em nome também da população de Rondonópolis, agradecemos ao Deputado Welinton Fagundes pelos recursos alocados junto ao governo federal para as inúmeras obras já realizadas durante os cinco anos de realização do projeto e principalmente incluído no calendário oficial do turismo de Mato Grosso.

Parabenizamos aos promotores do evento, como também a comunidade de Rondonópolis por possuir consciência ecológica contribuindo de maneira expressiva para o sucesso do Rio Vermelho Vivo Etapa Afluente Escondidinho, mostrando que é possível conciliar cultura, esporte e lazer com preservação ambiental. Além de conservar o rio, o evento valoriza o local e proporciona melhoria da qualidade de vida da população.

A participação da população é um processo de conquista, construída constantemente através das várias edições do Rio Vermelho Vivo, pois não existe participação suficiente e acabada.

Plenário das Deliberações, 05 de outubro de 2005.

Deputado J. BARRETO - PL

3ª) **MOÇÃO DE APLAUSOS:** Com fundamento no que dispõe o Regimento Interno desta Augusta Casa de Leis, Requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o Soberano Plenário, que seja remetida aos organizadores do evento “Rio Vermelho Vivo Etapa Afluente Escondidinho” - Coordenadora Geral: Mariene de Abreu Fagundes; Coordenadora de Meio-Ambiente: Profª Antônia Marília Nardes e a Coordenadora de Turismo: Elenita Fagundes Freitas e ao Presidente da Unisal: Guimar Rodrigues de Oliveira e em especial ao Deputado Welinton Fagundes em Rondonópolis, a Moção de Aplausos nos seguintes termos.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, representando o meu pensamento, vem manifestar o seu aplauso aos organizadores do 5º evento do Rio Vermelho Vivo, nesta edição, “Rio Vermelho Vivo Etapa Afluente Escondidinho” através de suas coordenadoras, com a realização nos dias 31/08 e 01 e 02 de setembro.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE OUTUBRO DE 2005,
ÀS 08:00 HORAS.

O encontro fez parte de uma mobilização ecológica inserida no Movimento Permanente de Defesa da Bacia Hidrográfica do Rio Vermelho, que corta aquela região - Rio Vermelho Vivo.

O evento, que tornou-se um dos símbolos quanto a necessidade de preservação do Rio Vermelho, desta vez lembrou também a população sobre a importância de seus afluentes.

A escolha do Córrego Escondidinho como foco de atuação dessa 5ª edição do Rio Vermelho Vivo deve-se à situação de urgência que esse afluente do Rio Vermelho vem passando, com graves problemas ambientais e com comunidades ribeirinhas carentes de infra-estrutura. Assim como acontece todos os anos, contou com o envolvimento de vários órgãos e o que mais se destacou foi a participação ativa da população ribeirinha, que compareceu em peso e ajudou na limpeza do córrego.

Entre as atividades desenvolvidas como: prevenção no trânsito, meio-ambiente e turismo, destacamos a participação dos mototaxistas que se conscientizaram que assuntos como trânsito e meio-ambiente podem estar intimamente ligados e que eles têm a responsabilidade com suas vidas e de seus passageiros, quando recebem turistas que visitam a cidade de Rondonópolis.

A atuação do Deputado Welinton Fagundes tem coroado de sucesso todos os eventos do Rio Vermelho Vivo, onde a preocupação com o meio ambiente se tornou um fato universal diante dos resultados dos atos inconseqüentes da sociedade em relação à natureza. Essa realidade começou a mudar a partir de 2000, quando se criou o projeto Rio Limpo, Rio Vivo, que envolveu a comunidade ribeirinha na discussão da preservação ambiental, da recuperação das margens do rio e na valorização dessa importante fonte de vida.

Em nome também da população de Rondonópolis, agradecemos ao Deputado Welinton pelos recursos alocados junto ao governo federal para as inúmeras obras já realizadas durante os cinco anos de realização do projeto e principalmente incluído no calendário oficial do turismo de Mato Grosso.

Parabenizamos aos promotores do evento, como também a comunidade de Rondonópolis por possuir consciência ecológica contribuindo de maneira expressiva para o sucesso do Rio Vermelho Vivo Etapa Afluente Escondidinho, mostrando que é possível conciliar cultura, esporte e lazer com preservação ambiental. Além de conservar o rio, o evento valoriza o local e proporciona melhoria da qualidade de vida da população.

A participação da população é um processo de conquista, construída constantemente através das várias edições do Rio Vermelho Vivo, pois não existe participação suficiente e acabada.

Plenário das Deliberações, 05 de outubro de 2005.

Deputado J. BARRETO - PL

O SR. PRESIDENTE (ZECA D'ÁVILA) - Com a palavra, o nobre Deputado Riva.

O SR. RIVA - Sr. Presidente, Srs. Deputados e imprensa aqui presente. Quero aqui também fazer uma observação, num momento em que existe tanto questionamento contra a classe política. Eu quero registrar aqui que o ex-Prefeito Jaime Campos, em que pese ser de uma outra agremiação partidária, foi um prefeito que sempre primou pela responsabilidade na questão das contas públicas.

Várzea Grande passou um período de mandato do ex-Prefeito Jaime Campos que poderia haver todo tipo de questionamento político, mas nunca se questionou a integridade e a honestidade do ex-Prefeito Jaime Campos que ao ter as suas contas aprovadas com louvor deixa,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE OUTUBRO DE 2005,
ÀS 08:00 HORAS.

futuro Deputado Estadual Maksud Leite, um exemplo a ser seguido pela atual administração. Esta mal começou, mas sentimos que existem problemas na administração que mal iniciou.

Então eu quero fazer este registro, o ex-Prefeito Jaime Campos é um homem público que merece, Sr. Presidente, ser lembrado neste momento, porque teve oito anos de mandato, já havia sido prefeito de Várzea Grande e a sociedade Várzea-grandense o tem em alta conta. Então, é sempre bom registrar esse momento, porque hoje ouvia na TV os prefeitos de contas rejeitadas. Município de Novo Horizonte do Norte, lá bem próximo de Juara: rejeitadas as contas, porque tem cento e não sei quantos cheques sem fundo. Quer dizer, você tem que registrar as coisas boas, fazer um registro do homem público que tem compromisso com a sociedade, com o Estado e eu quero deixar este registro aqui, em nome da bancada do PP, em meu nome, bem como dos Deputados Campos Neto, Alencar Soares, Eliene e Chico Dalto. O ex-Prefeito Jaime Campos foi um grande prefeito para Várzea Grande. Aqueles que faziam oposição ao ex-Prefeito Jaime Campos já sentiram que o seu mandato fez a diferença em Várzea Grande e não só por uma vez.

Eu queria também, Sr. Presidente, voltar a uma tecla que eu julgo imprescindível discutir isso aqui. Nós já recebemos nesta Casa o zoneamento. Nós falamos ontem e eu quero voltar a insistir na reunião de hoje do Colégio de Líderes, porque nós já fizemos inúmeros calendários para discussão do zoneamento.

E agora, Deputado Renê Barbour, chegou-se à conclusão de que não há outra saída senão a votação do zoneamento. Então, que se discuta o zoneamento conforme Vossa Excelência colocou aqui, em conjunto com a EMBRAPA, que dê tempo suficiente para essa discussão, mas que nós pudéssemos nos dedicar, porque o ano que vem é ano político e nós não podemos passar o ano de 2006 sem votar o zoneamento socioeconômico-ecológico do Estado.

Eu acho que é um prejuízo... (O MICROFONE É DESLIGADO.)

O SR. PRESIDENTE (ZECA D'ÁVILA) - Eu concedo mais um minuto a Vossa Excelência.

O SR. RIVA - Eu encerro, Sr. Presidente, dizendo que é um prejuízo muito grande para o Estado, porque esse zoneamento não mexe apenas com a questão ambiental. Tem gente que acha que o zoneamento trata apenas da questão ambiental. O próprio nome já diz socioeconômico-ecológico, quer dizer, eu acho que é imprescindível essa discussão, que ela seja acelerada e que essa Comissão, Deputado Dilceu Dal Bosco, seja já definida exatamente para iniciar essa discussão em conjunto com a EMBRAPA.

Agradeço, Sr. Presidente, a oportunidade.

O Sr. Dilceu Dal Bosco - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (ZECA D'ÁVILA) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Dilceu Dal Bosco.

O SR. DILCEU DAL BOSCO - Sr. Presidente, Sr^a Deputada, Srs. Deputados, eu sei que Vossa Excelência já citou aqui, já falou, Sr. Presidente, mas eu não poderia deixar de falar, como Líder do PFL nesta Casa, falar das contas dos ex-Prefeito, ex-Governador, ex-Prefeito de Várzea Grande Jaime Campos, que foram apreciadas e aprovadas por unanimidade e com louvor. Como Vossa Excelência frisou, só não votou o Presidente e o seu irmão que é também Conselheiro, o ex-Governador e ex-Senador Júlio Campos. Isso é, para nós do PFL, inspiração para continuarmos nesse belo trabalho que nós estamos fazendo de fortalecimento do partido. Nós temos motivo, temos história e temos pessoas, a exemplo do ex-Governador Jaime Campos que ao longo da sua vida pública e política tem demonstrado estar preparado para qualquer desafio, para qualquer outra oportunidade que aparecer em qualquer outro tipo de candidatura e também nos enche de orgulho e que até hoje o ex-Prefeito Jaime Campos continua sendo consultado em Várzea Grande, pelas

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE OUTUBRO DE 2005,
ÀS 08:00 HORAS.

lideranças e até por parte da administração daquele município para que possa estar orientando no bom andamento e condução da administração do Município de Várzea Grande.

Eu tenho certeza de que esse exemplo de Jaime Campos estará sendo seguido por muitos prefeitos do Estado de Mato Grosso, de forma muito especial pelos Prefeitos do PFL.

Então, eu só tenho que, como Líder da Bancada do PFL nesta Casa, parabenizar o ex-Governador, ex-Prefeito de Várzea Grande, pelas suas contas, pelo belo trabalho que fez, que faz e aquilo ainda que ele poderá fazer pelo Estado de Mato Grosso e pelo nosso glorioso PFL.

Era isso, Sr. Presidente, agradeço.

O SR. PRESIDENTE (ZECA D'ÁVILA) - Com a palavra, o nobre Deputado Sebastião Rezende.

O SR. SEBASTIÃO REZENDE - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^a Deputada, imprensa, amigos que assistem esta Sessão, uso o Pequeno Expediente para falar das nossas visitas na região sul. Estivemos visitando o Município de Guiratinga, Pedra Preta, São José do Povo, Poxoréo. Fizemos algumas visitas em alguns assentamentos e algumas indicações que nós já fizemos nesta Casa sobre a construção de pontes, correções de algumas pontes que estavam com problemas.

Quero aqui agradecer o empenho do Secretário de Infra-Estrutura que atendeu alguns casos de algumas pontes. Nós estivemos inclusive no Município de Guiratinga, divisa com São José do Povo, verificando uma ponte que está sendo corrigida já uma das indicações que nós fizemos e também solicitar ao Secretário de Infra-Estrutura, já fizemos algumas vezes, da necessidade da construção da ponte sobre o rio Mano Gogo, no Município de São José do Povo, uma ponte importante que liga São José do Povo ao Município de Pedra Preta, onde tem ali muitos assentados que dependem dessa ponte para escoar a sua produção e realizar a sua travessia até a sede do Município de São José do Povo.

Então, fica aqui mais uma vez registrado o nosso pleito, o nosso pedido. Vamos estar mais uma vez buscando esse trabalho a ser realizado junto ao Secretário de Infra-Estrutura. Acredito que mais uma vez o nosso pleito será atendido até pela importância dessa ponte sobre esse córrego e atendendo essa grande população ali, Sr. Presidente.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de solicitar de Vossa Excelência, caso o nosso tempo não seja possível, que Vossa Excelência acrescente, para que nós possamos ler um capítulo da Bíblia Sagrada.

“Salmo 111

Louvai ao Senhor! Darei graças ao Senhor de todo o coração, na assembléia dos retos e na congregação.

Grandes são os feitos, feitos do Senhor, considerados por todos os que neles se comprazem.

Gloriosa e majestosa são suas obras, e sua justiça permanece para sempre.

Ele fez um memorial para suas maravilhas, o Senhor é compassivo e misericordioso.

Ele provê mantimento para aqueles que o temem; ele lembra sua aliança para sempre.

Mostrou a seu povo o poder de suas obras, para lhe dar a herança das nações.

Suas obras são verdade e justiça; todos os seus preceitos são dignos de confiança;

Elas estão firmes para sempre; feitos em verdade e integridade.

Enviou redenção a seu povo; ordenou sua aliança para sempre; santo e temível é seu nome.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE OUTUBRO DE 2005,
ÀS 08:00 HORAS.

O temor do Senhor é o início da sabedoria; todo aquele que cumpre seus preceitos tem bom entendimento; seu louvor dura para sempre.”

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ZECA D'ÁVILA) - Com a palavra, o Deputado Ságuas.

O SR. SÁGUAS - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputada, imprensa, público presente, vou fazer uso do Pequeno Expediente para apresentar:

1ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, Blairo Borges Maggi com cópia ao Secretário de Estado de Infra-estrutura e Obras, Exmº Sr. Vilceu Francisco Marcheti, a pavimentação asfáltica da Av. Gonçalo Antunes de Barros (antiga Av. Jurumirim), no trecho da Penitenciária do Carumbé até o Bairro Novo Mato Grosso, Município de Cuiabá.

Requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, com fulcro na Resolução nº 18, de 08/05/91, desta egrégia Casa de Leis, seja encaminhado, ao Exmº Sr. Governador do Estado Blairo Borges Maggi, com cópia a Exmº Sr. Vilceu Francisco Marcheti, Secretário de Estado de Transporte e Obras, a indicação propondo a pavimentação asfáltica da Av. Gonçalo Antunes de Barros (antiga Av. Jurumirim), no trecho da Penitenciária do Carumbé até o Bairro Novo Mato Grosso, Município de Cuiabá.

JUSTIFICATIVA

A referida avenida, apesar de toda sua importância e pelo intenso trafegabilidade, encontra-se ainda sem pavimentação. Ao longo de sua extensão funcionam diversos órgãos públicos: Penitenciária do Carumbé, SANECAP, pátio do DETRAN, Coordenadoria de Assistência Farmacêutica do Estado, METAMAT, Instituto Médico Legal, Projeto Pomeri, Oficina Única do Estado, Coordenadoria Criminalística, Polícia Civil, além de vários prédios comércios e residências que ao longo desses anos sofrem com a poeira e com o barro. Esse trecho que se inicia na Penitenciária do Carumbé até o Bairro Nova Mato Grosso possui apenas 1.500 metros de extensão. Essa obra, além de beneficiar todos aqueles que estão ao longo da avenida, beneficiará também os moradores do bairro Novo Mato Grosso.

Pelos motivos expostos, espero pela aprovação da presente indicação pelo plenário desta Casa de Leis e, posteriormente, pelo pronto atendimento, por parte do Poder Executivo, da recuperação ora indicada.

Plenário das Deliberações, em 05 de outubro de 2005.

Deputado SÁGUAS - PT

É um trecho de mil e quinhentos metros. Esse trecho tem um movimento muito grande. Nós temos vários órgãos estaduais. Nós temos a Penitenciária do Carumbé, temos a SANECAP, temos o pátio do DETRAN, temos a Coordenadoria da Assistência Farmacêutica do Estado, a METAMAT, o Instituto Médico Legal, o Projeto Pomeri, Oficina Única, a Coordenadoria Criminalista, a Polícia Civil, além de vários prédios de comércios e residências que ao longo desses anos sofrem com a poeira e com o barro em período de chuva.

Então, são mil e quinhentos metros e ali está concentrada grande parte dos órgãos estaduais. E ainda tem o Bairro Novo Mato Grosso que está interligando com o CPA IV e outros bairros e que tem necessidade de... Tem um movimento grande por ali. Inclusive, tem linha de ônibus por ali. Haveria necessidade do asfaltamento daquele trecho.

Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, Blairo Borges Maggi, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Infra-Estrutura, Vilceu Francisco Marchetti, a necessidade da

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE OUTUBRO DE 2005,
ÀS 08:00 HORAS.

abertura de parte e pavimentação asfáltica de todo o trecho que liga a Av. Gonçalo Antunes de Barros (Antiga Av. Jurumirim) à Av. dos Trabalhadores, Município de Cuiabá.

Requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, com fulcro na Resolução n° 18, de 08/05/91, desta egrégia Casa de Leis, seja encaminhado expediente indicatório ao Exm° Sr. Governador do Estado, Blairo Borges Maggi, com cópia ao Exm° Sr. Secretário de Infra-Estrutura, Vilceu Francisco Marchetti, mostrando a necessidade da abertura de parte e pavimentação asfáltica de todo o trecho que liga a Av. Gonçalo Antunes de Barros (Antiga Av. Jurumirim) à Av. dos Trabalhadores, Município de Cuiabá.

JUSTIFICATIVA

Esse trecho corresponde a apenas quinhentos metros de extensão e fará a ligação da Av. Gonçalo Antunes de Barros (antiga Av. Jurumirim) com a Av. dos Trabalhadores, passando ao lado do Condomínio Pomeri.

A abertura de parte do trecho e a pavimentação de toda a extensão (quinhentos metros) contribuirão para descongestionar o trânsito e melhorará o acesso ao bairro, que possui ruas estreitas inviáveis para o tráfego intenso de ônibus, caminhões-pipa e corpo de bombeiros, proporcionará, também, maior sossego e tranquilidade aos moradores do entorno.

Pelos motivos expostos, espero pela aprovação da presente Indicação pelo Plenário desta Casa de Leis e, posteriormente, pelo pronto atendimento por parte do Poder Executivo.

Plenário das Deliberações, 05 de outubro de 2005.

Deputado SÁGUAS - PT.

Como estão passando mais ônibus por ali vindos do CPA IV, indo pela Jurumirim também, esses ônibus estão passando por dentro do Bairro Novo Mato Grosso. O Bairro Novo Mato Grosso nasceu de uma ocupação e virou bairro depois, com ruas muito estreitas e com muitos problemas de trafegabilidade pelo bairro. Então, a população está fazendo a reivindicação para se abrir um trecho curto de estrada, que vai da Av. Gonçalo Antunes de Barros (Jurumirim) até a Av. dos Trabalhadores.

Essa é a reivindicação da comunidade local. Ali precisa haver a reabertura dessa rua, o seu asfaltamento, para que os ônibus não passem mais por dentro do Bairro Novo Mato Grosso e que tenha a saída por esse pequeno trecho de 500m, porque a maior parte dessa rua já está aberta, faltando apenas um pequeno pedaço e a sua pavimentação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDETNE (ZECA D'ÁVILA) - Com a palavra, o Deputado Renê Barbour.

O SR. RENÊ BARBOUR - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Trago em mãos, Sr. Presidente, uma Moção de Aplausos, e passo a dar conhecimento a Casa:

Com fulcro no que preceitua o art. 272, alínea "i", do Regimento Interno deste Poder Legislativo, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, que seja aprovada Moção de Aplausos aos alunos do Curso de Ciências da Computação da UNEMAT, *campus* Universitário Deputado Renê Barbour, em Barra do Bugres, pela conquista do terceiro lugar na competição Latino-Americana de Robôs, em São Luiz/MA.

JUSTIFICATIVA

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE OUTUBRO DE 2005,
ÀS 08:00 HORAS.

Os alunos do Curso de Ciências da Computação da UNEMAT, *campus* Universitário Renê Barbour, no Município de Barra do Bugres, conquistaram o terceiro lugar na Competição Latino-Americana de Robôs ocorrida este mês em São Luiz - MA, com o robô “Carcará”, na categoria avançada.

A conquista da terceira colocação é o reconhecimento da qualidade do curso, visto que foi a primeira participação da UNEMAT nesse tipo de evento, ficando atrás apenas do México e do CEFET do Pará.

O robô Carcará foi desenvolvido pelos alunos Diego Palharini, Márcio da Luz Crescêncio, Robson Hermes Cassol e Derivaldo Rodrigues, que contaram com a orientação dos professores Alessandro Gonçalves Mundim, Armando da Silva Filho, Alexandre Berndth e Flávio Teles.

O evento contou com a participação de 35 equipes de seis países, sendo eles: Brasil, México, Argentina, Chile, Colômbia e Venezuela.

O Brasil conquistou a segunda colocação geral, ficando atrás do México, e à frente do Chile e da Colômbia.

Na categoria avançada, o primeiro lugar ficou com Metatron (México), UFRN - CEFET (Brasil) e o robô “Carcará da UNEMAT - *campus* Universitário Deputado Renê Barbour - Município de Barra do Bugres.

Por esse feito, apresento aos nobres Pares a proposta de Moção de Aplausos e anseio contar com a colaboração de todos para a sua aprovação.

Plenário das Deliberações, 05 de outubro de 2005.

Deputado RENÊ BARBOUR - PPS.

Portanto, Sr. Presidente, cabe esta Moção de Aplausos àqueles jovens estudantes.

O SR. PRESIDENTE (ZECA D’ÁVILA) - Com a palavra, o Deputado Nataniel de Jesus.

O SR. NATANIEL DE JESUS - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^a Deputada, meus amigos.

Sr. Presidente, para apresentar um Projeto de Lei:

Dispõe sobre o prazo de atendimento ao cliente nos estabelecimentos bancários no Estado de Mato Grosso.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art 1º Fica o estabelecimento bancário obrigado a atender o cliente no prazo máximo de espera de quinze minutos a serem contados do momento em que ele entrar na fila de atendimento.

Parágrafo único Para os efeitos desta lei considera-se:

I - cliente: a pessoa que utilizar o caixa, os equipamentos de auto-atendimento e o atendimento comum em agência bancária ou posto de atendimento;

II - fila de atendimento: aquela que conduz o cliente ao caixa, aos equipamentos de auto-atendimento e ao atendimento comum:

- atendimento comum: feito entre o cliente e o funcionário do banco, tal como o atendente, o gerente, dentre outros, desde que não seja o do caixa;

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE OUTUBRO DE 2005,
ÀS 08:00 HORAS.

III - tempo de espera: o computado desde a entrada do cliente na fila com a retirada de sua senha, até o início do efetivo atendimento.

Art. 2º A agência ou posto de atendimento do estabelecimento bancário fornecerá ao cliente senha de atendimento, na qual constem o número de ordem de chegada, a data e a hora exata de sua entrada no estabelecimento.

Art. 3º O estabelecimento bancário implantará, no prazo de 90 (noventa) dias, os procedimentos necessários para o cumprimento do disposto no art. 1º desta lei.

Art. 4º As denúncias de descumprimento serão feitas ao Serviço de Proteção ao Consumidor - PROCON

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias contados na data de sua publicação.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

A vida agitada, o trabalho, o trânsito e a busca incessante pela sobrevivência estão cada vez mais presentes e com maior parcela de importância em nosso cotidiano. E não podemos nos esquecer, ainda, que estão diretamente relacionados com a qualidade de vida e o bem-estar da população. Dessa maneira, todos esses fatores cooperam para que nosso dia-a-dia seja mais dinâmico, ágil e prático.

Pensando na dignidade da pessoa humana e seu papel enquanto morador, cidadão, contribuinte e, principalmente, foco da construção de um Estado de Direito Democrático e também justo, é que proponho este Projeto de Lei. Com ele, as filas dos bancos em todo território estadual se resumirão ao tempo máximo de quinze minutos.

Segundo a Constituição Federal, artigo 1º e inciso III, o nosso país tem como fundamento à dignidade da pessoa humana. Para tanto, nada melhor do que respeitar as pessoas atendendo este preceito constitucional. Entretanto, a implementação deste Projeto de Lei vai além, no momento que atende aos interesses coletivos e não apenas individuais e preza pela concessão de uma vida digna, saudável e prazerosa à população.

Mas como bem sabemos, a teoria é bem diferente daquilo que presenciamos na prática. Trinta minutos ou algumas horas esperando nas filas dos bancos já se tornou rotina na vida das pessoas. O que, de maneira nenhuma, podemos aceitar.

Não é cabível que uma pessoa que trabalha o dia todo tenha que perder uma tarde só porque teve de ir ao banco. Geralmente é no horário de almoço que as pessoas escolhem para fazer os serviços bancários, porém, esse horário sempre é extrapolado e o cliente, o trabalhador é que sai prejudicado, pois sendo a parte mais fraca na relação de consumo, deve pela lei ser assegurado. Isto porque a espera excessiva nas filas faz as pessoas perderem parte de sua tarde ou até mesmo de seu dia pelo simples fato de ter que esperar horas a fio nestas intermináveis filas bancárias.

Para fundamentar a proposta, saliento que a Constituição da República, no artigo 24, inciso V e VIII, cita que a União, os Estados e o Distrito Federal podem legislar concorrentemente sobre proteção e consumo e responsabilidade por dano ao consumidor. Além disso, esta matéria não diz respeito ao horário de funcionamento dos estabelecimentos bancários, no qual competiria apenas a União para legislar sobre. Em vez disso, a matéria faz alusão ao tratamento que o consumidor recebe nestes estabelecimentos. É preciso enfatizar que a União tem competência para dispor sobre as questões do sistema financeiro, particularmente no que diz respeito à

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE OUTUBRO DE 2005,
ÀS 08:00 HORAS.

organização, ao funcionamento de instituições congêneres, entre elas os estabelecimentos bancários, não se podendo inferir, dessa prerrogativa, que o Estado-membro não possa editar normas que imponham condições de atendimento aos consumidores ou medidas de segurança para aqueles que freqüentam as agências bancárias.

Portanto, por estes motivos é que peço o apoio dos nobres Pares deste Parlamento à aprovação desta proposição, certo de que esta iniciativa é extremamente oportuna, visto que a espera nas filas dos estabelecimentos bancários é, na maioria das vezes, prolongada. Assim, o projeto evita a excessiva espera, porquanto limita o prazo máximo para o atendimento a cada cliente em quinze minutos.

O projeto, além disso, prevê que os estabelecimentos bancários deverão entregar senhas de atendimento, devendo esta conter o número de ordem de chegada, a data e o horário de entrada no estabelecimento.

As senhas servirão de controle para a ordem de chegada nos estabelecimentos, e será com ela que o cliente poderá provar se por ventura teve seu direito lesionado. Todas as reclamações de infração a Lei deverão ser encaminhadas ao Serviço de Proteção ao Consumidor (PROCON-MT).

Vale ainda ressaltar que a matéria encontra ressonância no Código de Defesa do Consumidor, uma vez que pretende dar melhor tratamento ao consumidor na prestação dos serviços oferecidos pelos estabelecimentos bancários. E ressaltar a sua importância no cotidiano das pessoas. No dia-dia, onde as pessoas precisam de serviços que lhes ofereçam mais agilidade, praticidade e dinamismo, e não morosidade e atraso.

Plenário das Deliberações, em 05 de outubro 2005.

Deputado NATANIEL DE JESUS - PMDB

Haja vista que as pessoas que precisam do serviço bancário muitas vezes perdem muito tempo, e o trabalhador só tem o seu horário de almoço para ir aos Bancos para fazer ali as funções, resolver seus problemas bancários e, às vezes, passa até horas dentro de um Banco, numa fila e não se tem o mínimo de zelo com o ser humano, não se tem a menor consideração com aquele que mais contribui para o enriquecimento dos Bancos.

Então, este Projeto vem normatizar a situação daqueles que são chamados clientes, contribuintes que, ao mesmo tempo, ficam ali aleatoriamente. Você entra num Banco, você não tem ali... Qualquer estabelecimento comercial tem um banheiro, tem um lugar para as pessoas na hora que necessitam de um banheiro... Um estabelecimento bancário não conta com banheiro, não tem um atendimento adequado, só tem filas, filas e mais filas, e as pessoas ficam perdendo o seu tempo e, muitas vezes, atrapalhando até mesmo o andamento dos seus trabalhos.

É por isso que estamos entrando com este projeto de lei que determina o tempo nas filas de um Banco. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ZECA D'ÁVILA) - Com a palavra, o Deputado Carlos Brito.

O SR. CARLOS BRITO - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, amigos que prestigiam esta Sessão, você que assiste a TV Assembléia.

Sr. Presidente, eu gostaria, nesta Sessão matutina, de dizer que à tarde estarei apresentando uma moção de Aplausos ao Prefeito Municipal de Cuiabá, Wilson Santos, em razão da implantação na Capital mato-grossense da Conta Usuário àqueles que se recorrem ao atendimento de saúde através do SUS.

Isso faz com que Cuiabá seja a primeira cidade do Brasil a ter implementado esse controle que, além de ser um controle financeiro, do que se gasta com a saúde pública em nossa

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE OUTUBRO DE 2005,
ÀS 08:00 HORAS.

cidade, é também um controle social para que a comunidade possa perceber os investimentos que são feitos, o que lhe é destinado do dinheiro que paga, através de seus impostos. Portanto, a despeito de outras dificuldades que dependem de solução, acho que essa iniciativa nos dá um destaque no cenário nacional, mas muito superior ao destaque, no aspecto político é o que se pode advir de ganho para o próprio usuário, fazendo uma gestão transparente desses recursos. Essa minha proposição será extensiva ao Sr. Secretário Municipal de Saúde, Dr. Alair, pela implementação dessa modalidade de controle, que acho bastante oportuna e haverá de ser eficaz.

Ainda, de outro lado, Sr. Presidente, dizer que estou discutindo também a possibilidade de propor nesta Casa uma Comissão Especial, senão uma CPI, para investigarmos a questão da saúde, dos planos de saúde em Mato Grosso.

A despeito de uma legislação Federal, mas os usuários mato-grossenses não podem continuar reféns do que está acontecendo hoje. Mais uma vez anuncia-se a suspensão do atendimento daqueles que adquiriram seus planos de saúde de outras empresas que não da UNIMED.

Isso está começando a me parecer cartel, Sr. Presidente, no sentido de fazer com que caia no descrédito todos e os demais planos de saúde para que aquela cooperativa dos próprios profissionais - esta, sim - seja vista como a única que não interrompe os seus serviços. Até porque a própria cooperativa quanto mais serviço faz, mais socializa os resultados que obtém entre os próprios profissionais. Então, eu tenho ouvido isso há algum tempo e começo a dar a importância que talvez eu tivesse de ter dado há mais tempo... (O MICROFONE É DESLIGADO.)

O SR. PRESIDENTE (ZECA D'ÁVILA) - Concedo mais um minuto para conclusão.

O SR. CARLOS BRITO - Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de propor este debate e que apresentássemos aqui o melhor encaminhamento possível. Não com o objetivo de prejudicar essa ou aquela empresa, mas exatamente fazer o contrário para que não permitamos que o usuário, que paga com sacrifícios as suas contribuições, seja este o prejudicado de maneira sistemática para que, de alguma forma, algum setor seja beneficiado e até mesmo privilegiado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ZECA D'ÁVILA) - Com a palavra, o nobre Deputado Carlão Nascimento.

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^a Deputada, imprensa, assistência, eu quero usar o Pequeno Expediente apenas para apresentar uma Moção de Congratulações ao Prefeito da cidade de Cáceres, ao Presidente da Câmara e, de forma muito especial, a todos aqueles que vivem no Município de Cáceres que contribuem para o desenvolvimento daquela cidade, pelo seu aniversário que acontecerá no dia de amanhã.

Portanto, quero desejar à população cacerense muitas felicidades, muito sucesso e, acima de tudo, que aquela cidade possa receber do Governo do Estado e do Governo Federal os investimentos de que ela tanto necessita para que possa melhorar cada dia mais a qualidade de vida de toda sua população.

1^a) MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES: Amparado no que dispõe a alínea "i" do art. 272 do Regimento Interno deste Parlamento, requereiro à Mesa que seja submetida à apreciação e deliberação do soberano Plenário a presente Moção de Congratulação ao município de Cáceres, pela data comemorativa do seu aniversário, no dia 06 de outubro, nos seguintes termos:

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, através dos Deputados que a compõem, vem congratular-se com o Sr. Ricardo Luiz Henry, DD. Prefeito Municipal de Cáceres e Sr. Wilson Massahiro Kishi DD. Presidente da Câmara Municipal, bem

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE OUTUBRO DE 2005,
ÀS 08:00 HORAS.

como com todos os seus munícipes, pelo transcurso da data alusiva ao aniversário desse Município, que se comemora no dia seis de outubro do ano em curso.

Esta Casa sente-se honrada em prestar esta homenagem, em reconhecimento ao importante papel que o município de Cáceres tem desempenhado no cenário de Mato Grosso, como marco civilizatório da região centro oeste, tornando-se ponto de referência para o turismo e desenvolvimento econômico do Estado.

Com os cumprimentos dos membros deste Parlamento Estadual, desejamos que os próximos anos sejam de prosperidade e bem estar para os habitantes, não só do município homenageado, mas de toda essa promissora região.

Plenário das Deliberações, 05 de outubro de 2005.

Deputado CARLÃO NASCIMENTO - PSDB

E quero dizer, Sr. Presidente, que recebi, hoje, lá no meu gabinete uma comissão de profissionais da educação, vindos da região do Araguaia para mostrar a dificuldade que estão tendo no sentido de que eles possam dar às escolas melhor qualidade.

Ontem, eu assisti à entrevista da Secretária Estadual de Educação, em que ela dizia que pegou a rede toda sucateada e que está fazendo todos os investimentos para a melhoria das escolas. Isso não é tão verdade assim, Deputado Alencar Soares! Vossa Excelência foi na administração passada um dos Parlamentares que mais defendeu a administração. Vossa Excelência sabe que as escolas não estavam nessas condições, não! E quero dizer: se não dá para arrumar as escolas, o que é que está acontecendo com o repasse bimestral das escolas, criado pelo Governo passado e implementado em lei na gestão democrática? Infelizmente, as escolas não vêm recebendo os repasses bimestrais. Muitas das reivindicações que fazem hoje os profissionais da Educação - mais precisamente as escolas - são frutos desses repasses que não estão sendo feitos como deveriam ser feitos.

Além disso, uma outra reclamação, que eu quero também registrar, é a questão da merenda escolar. Várias e várias escolas não recebem o recurso da merenda. Segundo a Secretária, as escolas não têm prestado contas - o que eu acho um absurdo! Quer dizer, num universo de mais ou menos 630 escolas, será que a maioria delas não está com suas prestações em dia?

Além disso, o dinheiro da merenda é um dinheiro repassado pelo Governo Federal... (O MICROFONE É DESLIGADO.)

O SR. PRESIDENTE (ZECA D'ÁVILA) - Concedo mais um minuto para o Deputado Carlão Nascimento concluir.

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Cai na conta. O Governo Federal repassa ao Governo Estadual. Cai na conta do Governo Estadual, e este apenas repassa isso às escolas para que cada Conselho, cada direção da escola possa fazer a compra dessa merenda.

Então, existem reclamações não só da infra-estrutura da escola, existem reclamações do não repasse dos recursos bimestrais, existem reclamações do não repasse da merenda... E nós vimos escolas em Sinop com problemas muito sérios com relação à merenda.

Acrescento outra reclamação: a falta de política pedagógica que esse Governo não tem.

Portanto, eu lamento que a Educação no Estado de Mato Grosso tenha sofrido tanto nesse Governo - o Governo que avançou no setor de pavimentação e na questão da habitação. Mas, infelizmente, na área social o Governo é um caos. E isso nós vamos ter oportunidade de discutir muito no ano que vem, durante a campanha, cobrando realmente do Governo.

Ainda, Sr. Presidente, apresento um projeto de lei de nossa autoria:

Isenta os motoristas profissionais e idosos acima de 65 anos do pagamento de taxas na forma que menciona.

A **ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**, tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Os idosos acima de 65 anos de idade e os motoristas profissionais que se encontrem desempregados ficam isentos do pagamento da taxa de renovação de sua carteira de habilitação.

§ 1º Os idosos e trabalhadores que fizerem jus ao benefício previsto no *caput* deste artigo estarão também isentos das taxas correspondentes ao exame de aptidão física, mental e psicológica para que seja renovada a sua carteira de habilitação.

§ 2º A comprovação para fazer jus à isenção deverá ocorrer com a apresentação dos documentos pessoais da carteira profissional, onde conste que o último emprego foi de motorista profissional.

Art. 2º O Poder Executivo procederá no sentido de estabelecer os critérios para a concessão do benefício previsto na presente lei, bem como no sentido de regulamentá-la.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

A presente lei tem como intuito amparar não só os profissionais de trânsito - motorista - que se encontram desempregados e precisam renovar a carteira de habilitação como também os idosos acima de 65 anos de idade que precisam renovar a devida carteira de 03 em 03 anos.

Quanto aos idosos essa faixa etária é composta em sua maioria, por pessoas que já passaram sua fase produtiva e sobrevivem da aposentadoria. E qualquer que seja a classe social que integram, a renovação da carteira de habilitação implica, não raras vezes, em pesado ônus, o que favorece a irregularidade.

Já em relação aos motoristas profissionais, a não renovação da carteira de habilitação por falta de recurso é indício para continuar desempregado ou continuar dirigindo os seus veículos com a carteira de habilitação vencida.

Plenário das Deliberações, 05 de outubro de 2005.

Deputado CARLÃO NASCIMENTO - PSDB.

O SR. PRESIDENTE (ZECA D'ÁVILA) - Com a palavra, a ilustre Deputada Verinha Araújo.

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Sr. Presidente, colegas Deputados, cidadãos e cidadãs que acompanham esta Sessão, estudantes que aqui chegam neste momento, imprensa e funcionários da Casa, eu gostaria de apresentar aqui aos colegas uma preocupação com relação à paralisação das atividades docentes e de funcionários da Universidade Federal de Mato Grosso, de todas as universidades do Brasil que estão neste momento paralisadas, em função de uma pauta de reivindicações.

Eu recebi um documento da ADUFMAT. Nós estamos apoiando e eu apresento aqui um apoio às reivindicações dos docentes. Estamos aqui apresentando a proposta de uma

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE OUTUBRO DE 2005,
ÀS 08:00 HORAS.

audiência pública. A proposta vai ser da Comissão de Educação, para que possamos fazer um debate sobre a situação do ensino superior público no Estado de Mato Grosso, principalmente com relação à pauta de reivindicação dos docentes, que reivindicam: “reajuste de 18% como parte da recomposição salarial, já que eles estão há onze anos sem reajustes, corroídos por uma inflação acumulada de 145%; incorporação das gratificações (GED e GAE), com equiparação pelos seus valores mais altos, com paridade e isonomia; retomada dos anuênios; implementação imediata da classe especial e da classe de professor associado; abertura imediata da discussão em torno da carreira única para os docentes das IFES, envolvendo o MEC, ANDES e SENASEFE, cuja conclusão deve anteceder o 25º Congresso do ANDES; e realização de concursos públicos para a reposição de todas as vagas nas IFES - Instituições Federais de Ensino Superior.

A Universidade como um patrimônio social, caracterizada pela universalidade na produção e transmissão da experiência cultural e científica da sociedade, está profundamente ameaçada. É visível o sucateamento dos seus laboratórios, das salas de aula, das bibliotecas, museus e tantas outras unidades de ensino e fruição cultural. Dentro desse quadro, é cada vez maior o número de professores-pesquisadores que deixam a universidade desmotivados pelos baixos salários, pela falta de recurso para a pesquisa, enfim, pelas péssimas condições de trabalho no dia-a-dia.

Apesar da situação adversa em que se encontra a universidade pública no Brasil, ainda cumpre um papel indispensável na representação social, cultural, intelectual e científica do país. Mesmo com o desmonte, a perda de vitalidade, é ela responsável pela quase totalidade da pesquisa realizada”... (O MICROFONE É DESLIGADO).

O SR. PRESIDENTE (ZECA D’ÁVILA) - Deputada, eu vou acrescentar mais um pouco a Vossa Excelência mais um minuto, mas pelo adiantado da hora tem mais oradores inscritos, por favor.

A SRª VERINHA ARAÚJO - Muito obrigada.

Eu gostaria que mais uma vez, quando Vossa Excelência interrompesse, também se dirigisse aos colegas Parlamentares com a mesma atenção do tempo e a mesma cobrança.

“Mesmo com o desmonte, a perda de vitalidade, é ela responsável pela quase totalidade da pesquisa realizada em território nacional. É de sua competência não somente a promoção do ensino público, gratuito e laico a uma parcela cada vez maior de brasileiros, mas também a apresentação de alternativas para a dramática complexidade social marcada por elevados índices de concentração de renda, desemprego, pobreza, criminalidade e fome.”

Então, Sr. Presidente, nós estamos aqui apresentando a proposta de uma audiência pública, gostaria que fosse votada hoje, tendo em vista que os docentes estão em processo de negociações e gostariam de ouvir desta Casa, dos Parlamentares, suas posições, o apoio a esta pauta de reivindicações.

Então, eu solicito a Vossa Excelência que a nossa proposição seja colocada em votação ainda hoje, para que nós possamos definir a data dessa audiência com os docentes e funcionários da Universidade Federal de Mato Grosso.

REQUERIMENTO: Com fulcro no art. 272, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, requeiro, depois de ouvido o soberano Plenário, que se realize Audiência Pública na Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso para debate sobre a situação do ensino superior público no Estado de Mato Grosso e Brasil - paralisação das atividades dos docentes, servidores, funcionários e servidores das Instituições de Ensino Superior/IFES.

JUSTIFICATIVA

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE OUTUBRO DE 2005,
ÀS 08:00 HORAS.

O ensino superior sofrerá com a reforma da educação grandes mudanças. O setor público do ensino superior será atingido por estas mudanças. É necessário nesta conjuntura nacional realizar um debate sobre o contexto do microcosmo do Estado de Mato Grosso, contexto este que apresenta importantes questões regionais, a exemplo: estrutura precária, necessidade de proliferação dos *campus* no interior, subsídios incompatíveis com a importante atribuição dos educadores, entre outras.

Para tanto é imprescindível a presença de autoridades no assunto como: o Sr. Luiz Carlos Galleti, presidente da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Estado de Mato Grosso, Seção Sindical do ANDES - SN; o Sr. Paulo Speller, magnífico reitor da Universidade Federal do Estado de Mato Grosso - UFMT; o Sr. Benedito Ferraz, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal do Estado de Mato Grosso - SINTUF/MT; a Sr^a Flávia Nogueira de Barros Nogueira, Secretária de Estado de Ciência e Tecnologia de Mato Grosso; o Presidente do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Estado de Mato Grosso; e ainda o representante do Ministério da Educação, a ser convidado.

Razão, pela qual, pedimos aos nobres Pares a aprovação da presente proposição.

Plenário das Deliberações, em 05 de outubro de 2005.

Deputada VERINHA ARAÚJO - PT

MOÇÃO DE LOUVOR: Com fulcro no art. 272, “i”, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, requero, depois de ouvido o soberano Plenário, a concessão de Moção de Louvor a Secretaria Estadual de Cultura pela promoção da Feira Sul-Americana do Livro.

JUSTIFICATIVA

A Feira Sul-Americana do Livro além de atrair leitores, acadêmicos e intelectuais, abordou durante os cinco dias do evento temas como a inclusão sociocultural dos países latino-americanos, manifestações culturais e folclóricas, acessibilidade a obras de autores reconhecidos nacional e mundialmente, todas de debates, palestras e, principalmente, o intercâmbio proporcionado pela soma destes acontecimentos.

Eventos como este valoriza o nosso Estado e atrai os jovens para a prática da leitura e o cultivo da razão.

Razão pela qual, pugnamos pela aprovação desta moção pelos nobres Pares.

Plenário das Deliberações, em 05 de outubro de 2005.

Deputada VERINHA ARAÚJO - PT

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (ZECA D'ÁVILA) - Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, caros colegas Deputados, esta semana eu terei uma Audiência Pública para discutir o crédito fundiário. Crédito Fundiário é um dinheiro que você tem, que é do Governo Federal, do Governo Lula, para aquisição de terra para fins de reforma agrária.

Isso para mim é uma alternativa de gerar emprego e renda, e lá na região sul pegou corpo a política de crédito fundiário. Nós vamos ter uma Audiência Pública amanhã, à noite, levando todo um debate sobre a questão de áreas para fins de reforma agrária numa cidade, numa região que está com um desemprego muito grande.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE OUTUBRO DE 2005,
ÀS 08:00 HORAS.

Na segunda-feira, nós teremos uma audiência pública em Rondonópolis para discutir a MT FOMENTO. Aí eu quero aqui elogiar o Governador Blairo Maggi, por ter criado a MT FOMENTO. Foi muito bom ter criado a MT FOMENTO, só que não tem recurso suficiente para o microcrédito e para os financiamentos da pessoa física para montar alguma coisa no fundo do quintal. Eu sugeri ao Governador, numa audiência que eu tive com ele, pegar o dinheiro, o recurso do FUNDEIC, Fundo de Desenvolvimento Industrial e Comercial, para colocar na MT FOMENTO. O Governador achou interessante a idéia e vai levar a proposta para o Conselho.

Sr. Presidente, caros colegas Deputados, o que eu estou debatendo e estou debatendo no Mato Grosso todo, é uma política de gerar emprego e renda. Quero aqui só fazer uma ilustração. Esse dias, um trabalhador...

O Sr. José Carlos Freitas - Vossa Excelência me permite um aparte, nobre Deputado?

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu estou no Pequeno Expediente, Deputado.

Eu quero aqui dizer, Sr. Presidente, mais uma vez, que estou preocupado com o problema do emprego e renda. Esse dias eu estive com um trabalhador que recebeu uma casa do Governo Blairo Maggi, mas ele usou uma frase comigo que me machucou: "Zé Carlos, do jeito que a minha vida está indo, eu vou comer a casa". O que é comer a casa? É vender a casa para comer.

Então, nós temos que criar mecanismos para gerar emprego e renda. A MT FOMENTO é a saída. E quero aqui dizer que nós temos que colocar mais dinheiro na MT FOMENTO para investir no microcrédito, porque assim vai gerar emprego e vai dar novas alternativas de emprego para a população.

A Audiência Pública vai ser essa discussão, mas esperamos que o Governador tire o dinheiro do FUNDEIC, tire o dinheiro do outro setor para fortalecer a MT FOMENTO, como alternativa de emprego e renda, além da reforma agrária, além de outros mecanismos que nós estamos buscando para gerar emprego e renda em nosso Estado.

Sr. Presidente, para terminar, eu quero dizer o seguinte: eu sei que não é de competência de Vossa Excelência... (O MICROFONE É DESLIGADO.)

O SR. PRESIDENTE (ZECA D'ÁVILA) - Deputado, eu gostaria de alertá-lo como alertei a ilustre Deputada, pelo adiantado da hora e ainda tem Deputados inscritos.

Eu concedo mais trinta segundos a Vossa Excelência.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu só quero, Sr. Presidente, registrar que não está na Ordem do Dia o meu Requerimento da Audiência Pública sobre a MT FOMENTO. Lamentavelmente, mais uma vez, eu me coloco aqui para alertá-los que não está na Ordem do Dia o Requerimento da nossa Audiência Pública. Peço à Mesa que tome providências.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ZECA D'ÁVILA) - Eu gostaria de comunicar a presença do Vereador Chicão, de Terra Nova do Norte, por solicitação do Deputado Eliene. Muito obrigado pela presença.

Comunico também a visita dos alunos do 1º ano do Ensino Médio da Escola Estadual Leônidas Antero de Matos à Assembléia Legislativa, pelo Programa Por Dentro do Parlamento, da Secretaria de Imprensa, acompanhados pelos professores Antônia Margareth Albuquerque Silva e Neves Mendes Salgado da Cunha.

Muito obrigado pela presença. Sintam-se à vontade. É muito importante a presença de vocês aqui no Parlamento.

Eu gostaria de solicitar ao nobre Deputado Silval Barbosa que assuma a direção dos trabalhos.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE OUTUBRO DE 2005,
ÀS 08:00 HORAS.

(O SR. DEPUTADO SILVAL BARBOSA ASSUME A DIREÇÃO DOS TRABALHOS ÀS 10:08 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Sobre a mesa, duas Indicações de autoria do Deputado João Malheiros.

1ª) INDICAÇÃO: Indica ao Poder Executivo Estadual a necessidade da construção de uma policlínica no Município de Pontal do Araguaia.

Com fulcro no que preceitua o Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, que seja enviada indicação ao Governador do Estado, Sr. Blairo Borges Maggi, com cópia ao Secretário de Saúde, Sr. Augustinho Moro, mostrando a necessidade de se construir uma policlínica no Município de Pontal do Araguaia.

JUSTIFICATIVA

A construção de uma policlínica nesse município é antiga reivindicação da população e vai ao encontro das necessidades de um atendimento mínimo necessário nesta área em que a carência por um serviço condizente é evidente.

Por se tratar de questão básica de função do Estado, a construção da policlínica, mais que uma possibilidade, é um imperativo que deve ser atendido em nome da cidadania.

Daí por que pertinente o pleito da população, razão desta Indicação.

Plenário das Deliberações, em 05 de outubro de 2005.

Deputado JOÃO MALHEIROS - PPS

2ª) INDICAÇÃO: Indica ao Poder Executivo Estadual a urgente necessidade de se implantar a polícia comunitária no Município de Pontal do Araguaia.

Com fulcro no que preceitua o Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, que seja enviada indicação ao Governador do Estado, Sr. Blairo Borges Maggi, com cópia ao Secretário de Justiça e Segurança Pública, Sr. Célio Wilson de Oliveira, mostrando a necessidade de se implantar a polícia comunitária no Município de Pontal do Araguaia.

JUSTIFICATIVA

O Município de Pontal do Araguaia fica em região fronteira entre dois Estados. Esta situação implica na necessidade da existência de um sistema de segurança intensivo capaz de dar suporte às demandas por vigilâncias sempre mais exigente nestas regiões.

A implantação da polícia comunitária caminha no sentido de tornar mais ágil e eficaz o policiamento, forma de dar mais tranquilidade à população e reduzir a criminalidade.

Por isso se faz necessário o atendimento da reivindicação.

Plenário das Deliberações, em 05 de outubro de 2005.

Deputado JOÃO MALHEIROS - PPS

Ainda sobre a mesa, Moções de Homenagem de autoria do Deputado Sérgio Ricardo:

1ª) MOÇÃO DE HOMENAGEM: “Com fundamento nos termos regimentais vigentes, requeiro à Mesa Diretora, após ouvido soberano Plenário, para que encaminhe ao egrégio Tribunal de Justiça de Mato Grosso - TJMT, na pessoa do Exmº Sr. Dr. Aduino dos Santos Reis - MM. Juiz do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Cáceres, uma Moção de Homenagem, vazada nos seguintes termos:

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE OUTUBRO DE 2005,
ÀS 08:00 HORAS.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, representando o pensamento da sua gente, em homenagem ao Dia dos Juizados Especiais, comemorado em 26 de setembro, vem manifestar o reconhecimento público ao Exmº Sr. Dr. Adauto dos Santos Reis, por sua atuação frente ao Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Cáceres, um exemplo de eficiência, presteza e utilidade que universalizou o acesso dos cidadãos mato-grossenses a uma Justiça moderna e célere.

Plenário das Deliberações, em 05 de outubro de 2005.

Deputado SÉRGIO RICARDO - PPS”

2ª) MOÇÃO DE HOMENAGEM: “Com fundamento nos termos regimentais vigentes, requeiro à Mesa Diretora, após ouvido soberano Plenário, para que encaminhe ao egrégio Tribunal de Justiça de Mato Grosso - TJMT, na pessoa do Exmº Sr. Dr. Alexandre Delicato Pampado - MM. Juiz Desig. do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Feliz Natal, uma Moção de Homenagem, vazada nos seguintes termos:

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, representando o pensamento da sua gente, em homenagem ao Dia dos Juizados Especiais comemorado em 26 de setembro, vem manifestar o reconhecimento público ao Exmo. Sr. Dr. Alexandre Delicato Pampado, por sua atuação frente ao Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Feliz Natal, um exemplo de eficiência, presteza e utilidade que universalizou o acesso dos cidadãos mato-grossenses a uma Justiça moderna e célere.

Plenário das Deliberações, em 05 de outubro de 2005.

Deputado SÉRGIO RICARDO - PPS”

3ª) MOÇÃO DE HOMENAGEM: “Com fundamento nos termos regimentais vigentes, requeiro à Mesa Diretora, após ouvido soberano Plenário, para que encaminhe ao egrégio Tribunal de Justiça de Mato Grosso - TJMT, na pessoa do Exmº Sr. Dr. Almir Barbosa Santos - MM. Juiz Desig. do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Sapezal, uma Moção de Homenagem, vazada nos seguintes termos:

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, representando o pensamento da sua gente, em homenagem ao Dia dos Juizados Especiais comemorado em 26 de setembro, vem manifestar o reconhecimento público ao Exmo. Sr. Dr. Almir Barbosa Santos, por sua atuação frente ao Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Sapezal, um exemplo de eficiência, presteza e utilidade que universalizou o acesso dos cidadãos mato-grossenses a uma Justiça moderna e célere.

Plenário das Deliberações, em 05 de outubro de 2005.

Deputado SÉRGIO RICARDO - PPS”

4ª) MOÇÃO DE HOMENAGEM: “Com fundamento nos termos regimentais vigentes, requeiro à Mesa Diretora, após ouvido soberano Plenário, para que encaminhe ao egrégio Tribunal de Justiça de Mato Grosso - TJMT, na pessoa do Exmº Sr. Dr. Anderson Candiotto - MM. Juiz Desig. do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Ribeirão Cascalheira, uma Moção de Homenagem, vazada nos seguintes termos:

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, representando o pensamento da sua gente, em homenagem ao Dia dos Juizados Especiais comemorado em 26 de setembro, vem manifestar o reconhecimento público ao Exmo. Sr. Dr. Anderson Candiotto, por sua atuação frente ao Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE OUTUBRO DE 2005,
ÀS 08:00 HORAS.

Ribeirão Cascalheira, um exemplo de eficiência, presteza e utilidade que universalizou o acesso dos cidadãos mato-grossenses a uma Justiça moderna e célere.

Plenário das Deliberações, em 05 de outubro de 2005.

Deputado SÉRGIO RICARDO - PPS”

5ª) MOÇÃO DE HOMENAGEM: “Com fundamento nos termos regimentais vigentes, requeiro à Mesa Diretora, após ouvido soberano Plenário, para que encaminhe ao egrégio Tribunal de Justiça de Mato Grosso - TJMT, na pessoa do Exmº Sr. Dr. André Luciano Costa Gahyva - MM. Juiz Desig. do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Guarantã do Norte, uma Moção de Homenagem, vazada nos seguintes termos:

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, representando o pensamento da sua gente, em homenagem ao Dia dos Juizados Especiais comemorado em 26 de setembro, vem manifestar o reconhecimento público ao Exmo. Sr. Dr. André Luciano Costa Gahyva, por sua atuação frente ao Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Guarantã do Norte, um exemplo de eficiência, presteza e utilidade que universalizou o acesso dos cidadãos mato-grossenses a uma Justiça moderna e célere.

Plenário das Deliberações, em 05 de outubro de 2005.

Deputado SÉRGIO RICARDO - PPS”

6ª) MOÇÃO DE HOMENAGEM: “Com fundamento nos termos regimentais vigentes, requeiro à Mesa Diretora, após ouvido soberano Plenário, para que encaminhe ao egrégio Tribunal de Justiça de Mato Grosso - TJMT, na pessoa do Exmº Sr. Dr. Ângelo Judai Júnior - MM. Juiz Desig. do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Querência, uma Moção de Homenagem, vazada nos seguintes termos:

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, representando o pensamento da sua gente, em homenagem ao Dia dos Juizados Especiais comemorado em 26 de setembro, vem manifestar o reconhecimento público ao Exmo. Sr. Dr. Ângelo Judai Junior, por sua atuação frente ao Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Querência, um exemplo de eficiência, presteza e utilidade que universalizou o acesso dos cidadãos mato-grossenses a uma Justiça moderna e célere.

Plenário das Deliberações, em 05 de outubro de 2005.

Deputado SÉRGIO RICARDO - PPS”

7ª) MOÇÃO DE HOMENAGEM: “Com fundamento nos termos regimentais vigentes, requeiro à Mesa Diretora, após ouvido soberano Plenário, para que encaminhe ao egrégio Tribunal de Justiça de Mato Grosso - TJMT, na pessoa do Exmº Sr. Dr. Bruno D’Oliveira Marques - MM. Juiz Desig. do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Nova Xavantina, uma Moção de Homenagem, vazada nos seguintes termos:

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, representando o pensamento da sua gente, em homenagem ao Dia dos Juizados Especiais comemorado em 26 de setembro, vem manifestar o reconhecimento público ao Exmo. Sr. Dr. Bruno D’Oliveira Marques, por sua atuação frente ao Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Nova Xavantina, um exemplo de eficiência, presteza e utilidade que universalizou o acesso dos cidadãos mato-grossenses a uma Justiça moderna e célere.

Plenário das Deliberações, em 05 de outubro de 2005.

Deputado SÉRGIO RICARDO - PPS”

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE OUTUBRO DE 2005,
ÀS 08:00 HORAS.

8ª) MOÇÃO DE HOMENAGEM: “Com fundamento nos termos regimentais vigentes, requeiro à Mesa Diretora, após ouvido soberano Plenário, para que encaminhe ao egrégio Tribunal de Justiça de Mato Grosso - TJMT, na pessoa do Exmº Sr. Dr. Carlos Augusto Ferrari - MM. Juiz Desig. do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Cotriguaçu, uma Moção de Homenagem, vazada nos seguintes termos:

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, representando o pensamento da sua gente, em homenagem ao Dia dos Juizados Especiais comemorado em 26 de setembro, vem manifestar o reconhecimento público ao Exmo. Sr. Dr. Carlos Augusto Ferrari, por sua atuação frente ao Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Cotriguaçu, um exemplo de eficiência, presteza e utilidade que universalizou o acesso dos cidadãos mato-grossenses a uma Justiça moderna e célere.

Plenário das Deliberações, em 05 de outubro de 2005.
Deputado SÉRGIO RICARDO - PPS”

9ª) MOÇÃO DE HOMENAGEM: “Com fundamento nos termos regimentais vigentes, requeiro à Mesa Diretora, após ouvido soberano Plenário, para que encaminhe ao egrégio Tribunal de Justiça de Mato Grosso - TJMT, na pessoa do Exmº Sr. Dr. Cássio Luis Furim - MM. Juiz Desig. do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Campo Novo do Parecis, uma Moção de Homenagem, vazada nos seguintes termos:

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, representando o pensamento da sua gente, em homenagem ao Dia dos Juizados Especiais, comemorado em 26 de setembro, vem manifestar o reconhecimento público ao Exmº Sr. Dr. Cássio Luis Furim, por sua atuação frente ao Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Campo Novo do Parecis, um exemplo de eficiência, presteza e utilidade que universalizou o acesso dos cidadãos mato-grossenses a uma Justiça moderna e célere.

Plenário das Deliberações, em 05 de outubro de 2005.
Deputado SÉRGIO RICARDO - PPS”

10) MOÇÃO DE HOMENAGEM: “Com fundamento nos termos regimentais vigentes, requeiro à Mesa Diretora, após ouvido soberano Plenário, para que encaminhe ao egrégio Tribunal de Justiça de Mato Grosso - TJMT, na pessoa do Exmº Sr. Dr. Cláudio Roberto Zeni Guimarães - MM. Juiz do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Sorriso, uma Moção de Homenagem, vazada nos seguintes termos:

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, representando o pensamento da sua gente, em homenagem ao Dia dos Juizados Especiais, comemorado em 26 de setembro, vem manifestar o reconhecimento público ao Exmº Sr. Dr. Cláudio Roberto Zeni Guimarães, por sua atuação frente ao Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Sorriso, um exemplo de eficiência, presteza e utilidade que universalizou o acesso dos cidadãos mato-grossenses a uma Justiça moderna e célere.

Plenário das Deliberações, em 05 de outubro de 2005.
Deputado SÉRGIO RICARDO - PPS”

11) MOÇÃO DE HOMENAGEM: “Com fundamento nos termos regimentais vigentes, requeiro à Mesa Diretora, após ouvido soberano Plenário, para que encaminhe ao egrégio Tribunal de Justiça de Mato Grosso - TJMT, na pessoa do Exmº Sr. Dr. Cristiano dos Santos Filho - MM. Juiz Desig. do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Jauru, uma Moção de Homenagem, vazada nos seguintes termos:

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE OUTUBRO DE 2005,
ÀS 08:00 HORAS.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, representando o pensamento da sua gente, em homenagem ao Dia dos Juizados Especiais, comemorado em 26 de setembro, vem manifestar o reconhecimento público ao Exmº Sr. Dr. Cristiano Dos Santos Filho, por sua atuação frente ao Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Jauru, um exemplo de eficiência, presteza e utilidade que universalizou o acesso dos cidadãos mato-grossenses a uma Justiça moderna e célere.

Plenário das Deliberações, em 05 de outubro de 2005.
Deputado SÉRGIO RICARDO - PPS”

12) MOÇÃO DE HOMENAGEM: “Com fundamento nos termos regimentais vigentes, requeiro à Mesa Diretora, após ouvido soberano Plenário, para que encaminhe ao egrégio Tribunal de Justiça de Mato Grosso - TJMT, na pessoa do Exmº Sr. Dr. Daniel José Schrank Baeza - MM. Juiz Desig. do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Barra dos Bugres, uma Moção de Homenagem, vazada nos seguintes termos:

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, representando o pensamento da sua gente, em homenagem ao Dia dos Juizados Especiais, comemorado em 26 de setembro, vem manifestar o reconhecimento público ao Exmº Sr. Dr. Daniel José Schrank Baeza, por sua atuação frente ao Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Barra dos Bugres, um exemplo de eficiência, presteza e utilidade que universalizou o acesso dos cidadãos mato-grossenses a uma Justiça moderna e célere.

Plenário das Deliberações, em 05 de outubro de 2005.
Deputado SÉRGIO RICARDO - PPS”

13) MOÇÃO DE HOMENAGEM: “Com fundamento nos termos regimentais vigentes, requeiro à Mesa Diretora, após ouvido soberano Plenário, para que encaminhe ao egrégio Tribunal de Justiça de Mato Grosso - TJMT, na pessoa do Exmº Sr. Dr. Douglas Bernardes Romão - MM. Juiz Desig. do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Juara, uma Moção de Homenagem, vazada nos seguintes termos:

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, representando o pensamento da sua gente, em homenagem ao Dia dos Juizados Especiais, comemorado em 26 de setembro, vem manifestar o reconhecimento público ao Exmº Sr. Dr. Douglas Bernardes Romão, por sua atuação frente ao Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Juara, um exemplo de eficiência, presteza e utilidade que universalizou o acesso dos cidadãos mato-grossenses a uma Justiça moderna e célere.

Plenário das Deliberações, em 05 de outubro de 2005.
Deputado SÉRGIO RICARDO - PPS”

14) MOÇÃO DE HOMENAGEM: “Com fundamento nos termos regimentais vigentes, requeiro à Mesa Diretora, após ouvido soberano Plenário, para que encaminhe ao egrégio Tribunal de Justiça de Mato Grosso - TJMT, na pessoa do Exmº Sr. Dr. Carlos Eduardo N. Correia - MM. Juiz Desig. do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Paranatinga, uma Moção de Homenagem, vazada nos seguintes termos:

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, representando o pensamento da sua gente, em homenagem ao Dia dos Juizados Especiais, comemorado em 26 de setembro, vem manifestar o reconhecimento público ao Exmº Sr. Dr. Carlos Eduardo N. Correia, por sua atuação frente ao Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE OUTUBRO DE 2005,
ÀS 08:00 HORAS.

Paranatinga, um exemplo de eficiência, presteza e utilidade que universalizou o acesso dos cidadãos mato-grossenses a uma Justiça moderna e célere.

Plenário das Deliberações, em 05 de outubro de 2005.

Deputado SÉRGIO RICARDO - PPS”

E ainda sobre a mesa, um Projeto de Lei de autoria do Deputado Chico Daltro.

1ª) PROJETO DE LEI:

Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Circunscrição Regional de Trânsito - CIRETRAN no Município de Denise e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar e instalar a Circunscrição Regional de Trânsito - CIRETRAN no Município de Denise, subordinada ao Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN-MT.

Parágrafo único A CIRETRAN referida no *caput* deste artigo terá jurisdição apenas sobre o município sede de sua localização.

Art. 2º A criação de cargos administrativos e funcionais necessários para o funcionamento da CIRETRAN e as demais despesas decorrentes da execução da presente lei correrão à conta de recursos próprios do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN-MT.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O Município de Denise possui uma área territorial de aproximadamente 1.211km², distante 203km da Capital, e conta com uma população de aproximadamente 7.463 habitantes, oriundos de várias regiões do nosso País.

Sua localização e boas perspectivas econômicas acabam por impor a necessidade de dotar o município da infra-estrutura mínima necessária a acompanhar o seu crescimento.

O pleito que ora apresentamos tem por finalidade possibilitar a criação e implantação de uma CIRETRAN naquele município, cuja frota já no ano de 2003 ultrapassava aos 771 veículos, segundo dados do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, números que demonstram a demanda que justifica a instalação dessa Circunscrição naquele município.

Na assertiva da legitimidade desta solicitação, no sentido de possibilitar o atendimento a esse anseio de toda a população daquele município, e confiantes no apoio dos nobres Parlamentares para que esta prospere, é que submetemos o presente expediente à apreciação deste soberano Plenário, do qual esperamos aprovação.

Plenário das Deliberações, em 05 de outubro de 2005.

Deputado CHICO DALTRO - PP”

Encerrado o Pequeno Expediente, passemos ao Grande Expediente.

Como nós tínhamos uma inscrição que ficou pendente, do Deputado Humberto Bosaipo, eu indago se ele quer falar pela Ordem.

O Sr. Humberto Bosaipo - Sim.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE OUTUBRO DE 2005,
ÀS 08:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Sr. Presidente, Sr^a Deputada, Srs. Deputados, eu serei bem rápido.

Apenas para comunicar a esta Casa que estivemos hoje na Secretaria Municipal de Saúde, com o Dr. Aray, e o Sindicato de Enfermagem, tratando de assuntos da categoria. Nós tivemos uma Audiência Pública aqui com os enfermeiros, os técnicos de enfermagem e vamos ter uma audiência hoje com o Governador para tratar de assuntos da Polícia Militar, da COAUT e também dos enfermeiros, da carga horária.

Sr. Presidente, nós subscrevemos a Audiência Pública da Deputada Verinha Araújo, que trata da defesa do trabalhador da ADUFMAT, da Universidade Federal de Mato Grosso. Vamos fazer essa Audiência aqui pela Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social da Casa. Ela deve ocorrer no máximo dentro de quinze dias. E é importante que nós possamos trazer para a Assembléia Legislativa as discussões também da área federal, principalmente no que diz respeito aos funcionários daquela instituição.

Comunicar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que hoje nós teremos no nosso partido, o PFL, a filiação do Dilceu Lino, que é um delegado aposentado e que vai aqui na AMM, hoje, às 19:30 horas, fazer a sua filiação no Partido da Frente Liberal. Ele que, no partido, defende a tese de segurança. Um grande companheiro.

E eu convido a todos para que, se tiverem agendas, hoje, às 19:30 horas nós estaremos fazendo a filiação do Dilceu Lino na AMM. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Na Ordem do Dia, Indicações de autoria do Deputado João Malheiros, Deputada Verinha Araújo, Deputados Ságuas e Eliene.

Em discussão as Indicações. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem (PAUSA). Aprovadas. Vão ao Expediente.

Moção de Congratulações, de autoria do Deputado Carlão Nascimento, ao Município de Cáceres, pela data comemorativa ao seu aniversário que ocorrerá no dia 06 de outubro.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Aplausos, de autoria do Deputado Renê Barbour, aos alunos de Ciências da Computação da UNEMAT, *Campus* Universitário Deputado Renê Barbour, em Barra do Bugres, pela conquista do terceiro lugar na Competição Latino-Americana de Robôs, em São Luiz-Ma.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Aplausos, de autoria do Deputado J. Barreto, aos organizadores do evento Rio Vermelho Vivo Etapa Afluente Escondidinho - Coordenadora-Geral Mariene de Abreu Fagundes; Coordenadora de Meio-Ambiente, Prof^a Antônia Marília Nardes e a Coordenadora de Turismo, Elenita Fagundes Freitas, e ao Presidente da UNISAL, Guimar Rodrigues de Oliveira; e, em especial, ao Deputado Welinton Fagundes, em Rondonópolis.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Requerimento, de autoria das Lideranças Partidárias, solicitando dispensa de pauta para tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 32/05, de autoria do Deputado Riva, que

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE OUTUBRO DE 2005,
ÀS 08:00 HORAS.

introduz o § 7º no art. 19 da Lei Complementar nº 38, que dispõe sobre o Código Estadual do Meio Ambiente, e dá outras providências.

Em votação o Requerimento. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Requerimento, de autoria do Deputado Zé Carlos do Pátio, que solicita Audiência Pública para discutir linhas de crédito pela Agência de Fomento do Estado de Mato Grosso - MT FOMENTO no Município de Rondonópolis. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Requerimento, de autoria da Deputada Verinha Araújo e do Deputado Humberto Bosaipo, solicitando a realização de Audiência Pública com a finalidade de debater sobre a situação do Ensino Superior Público do Estado de Mato Grosso.

Em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Em Redação Final, Projeto de Lei nº 205/05, Mensagem nº 65/05, de autoria do Poder Executivo:

Cria o Jardim Zoobotânico do Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica criado o Jardim Zoobotânico do Estado de Mato Grosso.

Parágrafo único O Jardim Zoobotânico do Estado de Mato Grosso será administrado pela Coordenadoria do Jardim Zoobotânico, subordinada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA.

Art. 2º Compete à Coordenadoria do Jardim Zoobotânico:

I - promover a pesquisa, a conservação, a preservação, a educação ambiental e o lazer compatível com a finalidade de difundir o valor multicultural das plantas e sua utilização sustentável;

II - proteger, inclusive por meio de tecnologia apropriada de cultivos, espécies silvestres, ou raras, ou ameaçadas de extinção, nos âmbitos local e regional, bem como resguardar espécies econômica e ecologicamente importantes para a restauração ou reabilitação de ecossistemas;

III - manter bancos de germoplasma *ex situ* e reservas genéticas *in situ*;

IV - realizar, de forma sistemática e organizada, registros e documentação de plantas, referentes ao acervo vegetal, visando à plena utilização para conservação e preservação da natureza, para pesquisa científica e educação;

V - promover intercâmbio científico, técnico e cultural com entidades e órgãos nacionais e estrangeiros.

Art. 3º Fica afetada, para fins de implantação do Jardim Zoobotânico do Estado de Mato Grosso, a área de 67,6630ha (sessenta e sete hectares, sessenta e seis ares e trinta centiares), situada na Avenida Chico Mendes, de propriedade do Estado de Mato Grosso, com o seguinte caminamento: Partindo do MP01 situado à margem esquerda do córrego Pinheira, com azimute de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE OUTUBRO DE 2005,
ÀS 08:00 HORAS.

161°30'00" e distância de 1.124,00m até ao MP02. Deste segue com azimute de 242°30'00" e distância de 264,00m, confrontando-se com o Bairro Novo Tempo até chegar ao MP03. Deste segue com azimute de 353°00'00" e distância de 347,00m confrontando-se com a AMBEV até chegar ao MP04. Deste segue com azimute 265°45'00" e distância de 1.054,00m, confrontando-se com a AMBEV até o MP05, situado à margem esquerda do rio Cuiabá, ponto final deste caminhamento.

Art. 4º Ficam criados os seguintes cargos de provimento em comissão:

I - 1 (um) cargo de Coordenador do Jardim Zoobotânico, Nível DAS-4; e

II - 1 (um) cargo de Gerente de Apoio Logístico, Nível DAS-2.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Em discussão a Redação Final. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 93/05, de autoria do Deputado J. Barreto, que institui o Programa de Crédito para financiar material escolar pelos estudantes de graduação, e dá outras providências. Com Parecer favorável da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei de Complementar nº 22/05, Mensagem nº 68/05, de autoria do Poder Executivo, que reestrutura o Fundo de Desenvolvimento do Sistema de Pessoal - FUNDESP, e dá outras providências. Com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, acatando a Emenda Modificativa nº 01.

Emenda Modificativa que modifica o art. 1º do Projeto de Lei Complementar nº 22/05, Mensagem nº 68/05, de autoria do Poder Executivo, que reestrutura o Fundo de Desenvolvimento do Sistema de Pessoal - FUNDESP.

“**Art. 1º** O Fundo de Desenvolvimento do Sistema Pessoal do Estado de Mato Grosso...”

Foi acatada essa emenda.

Em discussão o Parecer favorável...

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, solicito a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Com a palavra, para discutir, o Deputado Zé Carlos do Pátio.

O Sr. Alencar Soares - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOS) - Pela Ordem, o Deputado Alencar Soares.

O SR. ALENCAR SOARES - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srª Deputada, essa emenda que a Comissão de Constituição e Justiça fez foi porque pelo art. 1º instituído pela Lei nº 6.164, de 30 de dezembro de 1992, essa lei não existe mais. Então, foi por isso que nós fizemos essa emenda. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOS) - Pela Ordem, o Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, eu quero solicitar a inversão de pauta dessa matéria, até porque ela não estava na pauta da Ordem do Dia.

Foi feito um requerimento para ser colocada na Ordem do Dia? Fez-se um requerimento oral?

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE OUTUBRO DE 2005,
ÀS 08:00 HORAS.

Eu quero pedir inversão de pauta, ou, se possível, a vista para eu analisar melhor essa matéria, porque foi feita essa emenda.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOS) - Concedo a inversão de pauta, para Vossa Excelência devolver a matéria ainda nesta Sessão.

Srs. Deputados, portanto, eu passo a ler o Parecer do Tribunal de Contas sobre as contas do Governador, a Mensagem que nós colocamos agora para apreciação.

“Ofício nº 3.627/05, de autoria do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, que encaminha as contas anuais do Governador do Estado de Mato Grosso, referente ao exercício de 2004, gestão Blairo Maggi. A Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução ofereceu parecer favorável que concluiu pelo seguinte Projeto de Resolução.

PROJETO DE RESOLUÇÃO:

Aprova o Balanço Geral do Estado de Mato Grosso, referente ao exercício financeiro de 2004.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, com base no que dispõe o art. 26, XXVIII, da Constituição Estadual,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Balanço Geral do Estado de Mato Grosso, referente ao exercício financeiro de 2004, gestão do Excelentíssimo Governador do Estado Senhor Blairo Borges Maggi, com as ressalvas contidas no Parecer Prévio nº 08/2005.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Em discussão o Projeto de Resolução...

A Srª Verinha Araújo - Sr. Presidente, solicito a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Com a palavra, para discutir, a Deputada Verinha Araújo.

A SRª VERINHA ARAÚJO - Sr. Presidente, eu gostaria de destacar, neste debate, alguns pontos que o Parecer Prévio do Tribunal de Contas apontou em relação às contas do Governo relativas ao ano de 2004. Eu, particularmente, fiz um apelo, ontem, à noite para que pudéssemos ter aqui a presença de alguns Secretários que, em relação às suas contas, nos trazem algumas dúvidas. Mas, antes disso, eu queria enfatizar que no Parecer do Tribunal de Contas eles colocam a necessidade de o Governo, que inclusive foi eleito com esse slogan do ajuste fiscal, da competência, do planejamento, trazer o modelo de gestão da empresa privada para dentro da área pública. Pelo Parecer do Tribunal de Contas, isso não se confirma, não se concretiza, tanto é que ele coloca aqui, e eu quero destacar, um item em que diz: “É imperioso e urgente que o Governo do Estado, através do órgão central de planejamento e coordenação, atue com vigor e organicidade no sentido de implantar nessas áreas método de gestão capaz de superar essas deficiências e conduzir os gestores à melhoria contínua de suas administrações e dos resultados por ela produzidos, como por exemplo, constata-se infelizmente que os avanços da área fiscal não se estenderam aos demais setores da administração pública em Mato Grosso, organizações como da Educação, Transporte, Meio Ambiente, Segurança Pública, Saúde e tantas outras, não dispõem, pelo menos, não de forma sistematizada, das informações gerenciais necessárias ao planejamento, execução e avaliação da gestão e ao controle de resultados”.

Nós ouvimos constantemente o Governo dizendo que em Mato Grosso tem havido déficit, que Mato Grosso está em crise, etc, mas o indicador da carga tributária em Mato Grosso, relativo ao ano de 2003, foi superior à média nacional. E quando a média nacional colocou que para

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE OUTUBRO DE 2005,
ÀS 08:00 HORAS.

cada habitante, em nível de Brasil, o índice seria de 844.46; em Mato Grosso esse índice seria de 1.091.61, ou seja, houve o incremento de 28,49% na carga tributária individual suportada por cada habitante de Mato Grosso.

Uma outra questão que também o Tribunal levantou é que os desencontros das informações são muito grandes, como por exemplo, uma mesma informação oriunda da Secretaria de Estado, responsável pelo assunto, como no caso, por exemplo, da Fazenda. Esta é diferente da SEPLAN, é diferente das estatísticas do MEC, é diferente das estatísticas do IBGE. E eu gostaria de frisar aqui, com relação à Educação, algumas metas. Inclusive, foi inovação o Parecer que trouxe, este ano, nas contas, a avaliação individual das metas a serem atingidas no PPA.

Com relação à educação, Mato Grosso foi um dos piores Estados do Brasil onde o índice de pessoas a concluírem o ensino fundamental. Isso está conformado aqui nas análises específicas das metas. Por exemplo, analisou-se aqui a redução da taxa de abandono do ensino fundamental. A meta que foi de 18% para 2003, que era reduzir para 9,39% até 2007, ficou confirmada em 16%.

Uma outra meta que foi o abandono no ensino médio, que era reduzir de 25% para 13%, em 2007, ampliou para 29%, ou seja, houve mais abandono no ensino médio após 2003, portanto, ela ampliou.

Uma outra meta, que é a taxa de conclusão do ensino fundamental, confirma aquilo que os dados nacionais trazem, que era reduzir, na verdade era ampliar a taxa de conclusão de 11% para 91%. Na verdade, ela ampliou, foi apenas de 19%, quer dizer, um pouco acima de 11%.

A taxa de abandono da zona rural que era de 21%, reduzir para 11%, alterou também, ampliou bastante, foi para 29%, ou seja, houve mais abandono de alunos na zona rural.

Então, são alguns dos itens que confirmam que houve uma absoluta incompatibilidade entre as previsões do PPA e a LDO: ausência em consistência e conflito de metas, indicadores no PPA e LDO; inexistência de metas relacionadas a proficiência do ensino na LDO; ausência de indicadores de resultados consistentes em dez dos objetivos ou metas no PPA e LDO, caracterizando a inexistência de metodologia de verificação, controle, avaliação e sistematização de resultados; baixa produtividade dos resultados do ensino médio da educação rural; não-atingimento das metas de proficiência do ensino médio, responsabilidade exclusiva do Governo do Estado; melhoria de indicadores da taxa de abandono e proficiência do ensino fundamental, responsabilidade preferencial dos municípios, compartilhada com o Governo do Estado.

Lembrando aqui aos colegas Parlamentares que a Assembléia Legislativa foi notificada pelo Ministério Público Estadual, Dr. Alexandre Guedes, sobre os índices de Mato Grosso com relação às metas de conclusão do ensino fundamental, já que os dados nossos pioraram. Nós fomos notificados. Não sei se o Deputado Humberto Bosaipo que é Presidente da Comissão de Educação foi notificado ou sabe disso. Mas eu obtive essa informação pelo próprio promotor que me disse que notificou a Assembléia Legislativa e nós vamos ter que responder a isso diante de que esta Casa, na Constituição Estadual, é responsável pela definição das políticas de educacionais.

Inclusive, ontem, eu recebi aqui o ex-Secretário de Educação, Maldonado, porque estão discutindo com o Governo do Estado um projeto que é a criação das UPCs que é uma forma, inclusive, de superar essas dados que Mato Grosso apresenta.

Uma outra questão que eu queria levantar é que durante o exercício de 2004 foram abertos créditos suplementares que alteraram o orçamento inicial. Mas eu queria aqui me deter especificamente à Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, que tinha uma dotação inicial de oito milhões quinhentos e oitenta e um mil e que no orçamento final chegou a cumprir oito milhões e noventa e sete. Ou seja, menos 6% do seu orçamento inicial.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE OUTUBRO DE 2005,
ÀS 08:00 HORAS.

Nós vamos ter uma reunião com os defensores públicos logo em seguida, ao término desta Sessão. Está aqui configurado no Orçamento do Estado que a Defensoria Pública não tem recebido a devida atenção com relação ao Orçamento da Execução Orçamentária, ao contrário, por exemplo, da Casa Civil, que ampliou o seu orçamento inicial em 50% daquilo que havia sido previsto inicialmente.

No caso, quero citar aqui a FAPEMAT, que nós votamos, Deputado Zé Carlos do Pátio, eu não sei se está aqui, nós votamos nesta Casa a definição de um orçamento em lei de até 1% para FAPEMAT, inclusive, o Fundo do Ensino Profissionalizante. De uma dotação inicial de vinte e dois milhões e trezentos e treze mil, a FAPEMAT cumpriu onze milhões setecentos e oitenta e um, mesmo 47%. Ou seja, foram menos recursos nas pesquisas, não só com relação a UNEMAT, a Universidade Federal, mas as pesquisas que os pesquisadores devem estar reivindicando para que a FAPEMAT financie.

Gostaria ainda de citar aqui a questão da educação. O percentual aplicado na educação, do total dos recursos recebidos por conta do FUNDEF, 55.04% foi utilizado para o pagamento da remuneração dos profissionais do magistério, contrariando o que dispõe o Art. 7º da Lei nº 9.424/96, que determina que sejam aplicadas nessa finalidade, no mínimo, 60% desses recursos. Como Mato Grosso, o Governo do Estado não cumpriu esse mesmo item em 2003, já tinha um percentual acumulado de 5.17 e agora acumulou mais esse outro percentual, totalizando, portanto, 10% de dívida que o Estado tem para recompor ao salário dos profissionais da educação. Isso, inclusive, está na conclusão do relatório onde o Tribunal de Contas orienta que o Governo do Estado recompõe ao salário dos profissionais da educação esse índice de 10%, já que ele não cumpriu durante dois anos consecutivos o gasto de 60% com o pessoal específico do Ensino Fundamental.

Uma outra questão é sobre as obras de transporte e habitação. Se os colegas Parlamentares olharam o material que veio do Tribunal de Contas, onde consta visita *in loco* aos municípios sobre as obras de moradia que foram realizadas, obras de pavimentação. Lá constam, inclusive, várias irregularidades - vamos dizer assim - que foram cometidas. Por exemplo: com relação aos consórcios. O Tribunal de Contas coloca que não houve licitação para concessão de rodovias a várias associações que fizeram a pavimentação, receberam recurso público, organizaram associações, receberam recursos públicos e que não houve processo licitatório. Consta ainda de vários trechos que já estão danificados, despesa sem licitações, ausência de assinatura do engenheiro fiscal, propaganda na mídia alegando uma quilometragem de obra executada, sendo que *in loco* se constatou que foi dez quilômetros a menos, por exemplo, daquilo que foi executado.

Resultado de licitação publicado na mesma data da celebração do contrato. Então, no mesmo dia que assinou o contrato saiu a licitação, isso está aqui no relatório. Contrato assinado antes da publicação do resultado da licitação; controle celebrado na mesma data da publicação do resultado da licitação.

Sobre o Programa Meu Lar, sobre os convênios celebrados: execução e desacordo com o projeto padrão, falhas no critério de seleção, projeto original modificado sem critérios técnicos, repasses de cento e vinte e sete mil e executada apenas fundações de três casas.

Um outro contrato: repasse de cinqüenta e dois mil e executadas apenas três casas; um outro contrato aqui: repasse de cinqüenta e dois mil e executadas também três casas; um outro repasse de trezentos e noventa e cinco mil e executada apenas cinqüenta casas; um outro contrato não localizado o orçamento de mão-de-obra, ausência de documentos da carta convite, medições não localizadas, preção não especifica os materiais, etc.

Então, a gente tem aqui, depois os colegas Parlamentares podem olhar no projeto original que se encontra à mesa, onde vai confirmar os dados da Comissão técnica.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE OUTUBRO DE 2005,
ÀS 08:00 HORAS.

Eu gostaria, inclusive, de citar aqui rapidamente a conclusão do relatório.

Como eu disse, o PPA enviado ao TCE em atraso de quatrocentos e noventa e oito dias, abertura de créditos adicionais suplementares em valor superior autorizado em Lei; abertura de crédito adicional por excesso de arrecadação em valor superior ao excesso efetivamente verificado no exercício; realização de dispensa sem prévio empenho; ausência de medidas de combate à inadimplência fiscal; insuficiência financeira para saldar as obrigações de curto prazo; aplicação de 14.22% na manutenção do desenvolvimento do Ensino Fundamental, contrariando a determinação disposta no Art. 60 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitória da Constituição Federal; aplicação de 55% da receita do FUNDEF na valorização dos profissionais do Magistério; divergência entre os valores, índices demonstrados nos relatórios resumidos de gestão apurados pela Comissão técnica; movimentação da disponibilidade financeira do sistema providenciado na conta única do Mato Grosso em descumprimento do Art. 43, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal; não realização do cálculo atuarial para fixação das alíquotas do regime próprio de previdência no Estado; diversas impropriedades de irregularidade detectada na execução de convênios e contratos vinculados ao Programa Estradeiro e Meu Lar; apropriação é menor para o PASEP e o não encaminhamento pelo órgão responsável Auditoria-Geral do Estado, dos relatórios do controle externo, interno exigido art. 123 do Regimento Interno do Tribunal de Contas.

Então, colegas Parlamentares, eu ontem à noite coloquei aqui e gostaria de retomar que para aprovarmos as contas seria necessário, minimamente, ouvirmos da Secretaria de Educação aquilo que traz o Tribunal de Contas sobre as considerações e as orientações.

Assim como o Secretário Pagot, que foi Secretário de Infra-estrutura, que hoje está na Casa Civil, sobre essas séries de ponderações que fez sobre o programa estradeiro e o Programa Meu Lar.

Então, eram essas considerações que eu gostaria de fazer, Sr. Presidente. Eu, por exemplo, sou professora, só hoje estamos com mandato, fui dirigente do SINTEP e não gostaria de colocar meu voto a favor dessas contas com uma constatação como essa específica da educação, onde hoje os trabalhadores da Educação reivindicam reposição de 16% nos seus salários, apresentam *dossiê* sobre a situação de várias escolas estaduais e estamos aqui apreciando as contas da Secretaria de Educação e constatando que o Governo não cumpriu a lei com relação ao índice específico dos recursos aplicados na educação. Fica constrangedor eu votar nas contas com um parecer desse, sendo que a categoria está mobilizada cobrando reajuste, cobrando reposição salarial, a imprensa constantemente apresentando a situação estrutural das escolas, com parecer do Tribunal de que a Secretaria não cumpriu o índice mínimo em relação aos recursos da educação.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENE (SILVAL BARBOSA) - Continua em discussão.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Peço a palavra, para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENE (SILVAL BARBOSA) - Com a palavra, o Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS PÁTIO - Sr. Presidente, eu até reconheço que a administração do Governador Blairo Maggi é uma administração que vem preocupando com a gestão pública. Reconheço, acho que ele tomou umas atitudes extremamente de mudanças, como, por exemplo, o pregão na gestão pública de pessoal. Quero aqui dizer que o Governador quando assumiu o Governo, tinha pessoas que recebiam pelo IPEMAT e pela própria Secretaria de Administração. O Governo começou a enxugar a folha de pagamento.

O Governador acabou com aquelas pensões dos marajás, que eu votei na administração passada contra. Por exemplo, foram criadas algumas aposentadorias absurdas,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE OUTUBRO DE 2005,
ÀS 08:00 HORAS.

algumas pensões absurdas. Isso eu não posso negar. Eu quero aqui parabenizar o Secretário Marcos Machado e o Secretário Geraldo De Vitto por esse trabalho.

A questão do pregão, a questão da aplicação do dinheiro público, em termos de gestão pública, foi correta.

Mas eu quero aqui fazer algumas observações. Eu acredito que o próprio Governador Blairo Maggi, talvez, não saiba a dimensão da questão da gestão e aplicação dos recursos públicos.

Eu dou um exemplo claro da questão de gestão. Puxa vida, você vê um relatório onde não foram aplicados os 25% da educação, é extremamente grave, mesmo sabendo que ele é uma pessoa que está preocupada com a gestão pública. Dos 25% ele não aplicou 60%, que são para o pessoal. Ele aplicou somente 55%. Enfim, dos 15% do FUNDEF, ele aplicou somente 12%.

Eu vou dar aqui alguns tópicos que eu acho que nós temos que reavaliar.

Primeiro: “Abertura de créditos adicionais suplementares em valor superior ao autorizado em lei, em descumprimento ao art. 42 da Lei 4.320 de 1964.”

Quer dizer, o que é abertura de créditos adicionais? Foram abertos alguns créditos adicionais, algumas dotações suplementares, sem passar pela Assembléia Legislativa em valor superior ao autorizado. O que é valor superior ao autorizado? Superior aquilo que foi autorizado pela Assembléia Legislativa de Mato Grosso.

“Abertura de créditos adicionais por excesso de arrecadação em valor superior ao excesso efetivamente verificado no exercício, contrariando o art. 43 da Lei nº 4.320 de 1964.”

É a mesma coisa. Créditos Adicionais. Créditos adicionais são créditos de sobra de recursos orçamentários, só que ele não tinha aquela autorização da Assembléia, mas ele aplicou o recurso mesmo sem ter a autorização da Assembléia Legislativa.

Realização de despesas sem prévio empenho. Quer dizer, ele teve algumas despesas sem prévio empenho. Todas as despesas, o Governador tem que ter prévio empenho, tem que empenhar, tem que licitar para depois ter a despesa.

Insuficiência financeira para saldar as obrigações de curto prazo em desconformidade com o preconizado no art. 1º, § 1º, da Lei Complementar nº 101/00.

É isso, gente!. É questão de planejamento. Quer dizer, insuficiência financeira para saldar obrigações. Quer dizer, não tinha dinheiro para saldar aquilo que ele solicitou. Quer dizer, você tem que planejar. O que eu tenho em caixa é o que eu posso gastar, eu não posso gastar mais do que eu tenho em caixa, e não posso deixar dívida para o próximo ano, e nem para o próximo período. Eu tenho, inclusive, se eu empenhei, que desempenhar para o próximo ano.

Aplicação de 14,22% na manutenção do desenvolvimento fundamental, contrariando determinação do disposto no art. 60, no ato das disposições constitucionais transitórias, da Constituição Federal. Quer dizer, a Constituição Federal diz que a manutenção e desenvolvimento do Ensino Fundamental tem que ser 15% dos recursos do FUNDEF. Ele aplicou tão somente 14,22%. Ele não aplicou os 15% da educação. Ele não cumpriu a Constituição Federal na aplicação do dinheiro da Educação.

Agora, por que ele não cumpriu? Há atos? Sim. Eu acho que o Governador... Eu quero aqui fazer uma sugestão ao Governador Blairo Maggi: Existem algumas coisas erradas na Secretaria de Educação que tem que ser corrigidas, entre elas é colocar os inativos dentro da folha da Educação. Inativos não são recursos da Educação. Inativos são recursos da Secretaria de Administração, e o Governador está cumprindo um compromisso seriíssimo que é ter que criar o Fundo Único Previdenciário.

Parabéns ao Governador Blairo Maggi, porque é uma coisa inédita a criação do Fundo Único. Isso vai agilizar a gestão pública dele.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE OUTUBRO DE 2005,
ÀS 08:00 HORAS.

Agora, nós não podemos deixar de não aplicar os 15% na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental.

A aplicação de 55% de receita do FUNDEF na valorização dos profissionais do magistério, descumprindo o art. 7º da Lei nº 9.424/96.

Hoje a Constituição Federal diz que tem que aplicar, no mínimo, 60% do recurso do FUNDEF, que é um fundo que uma parte do dinheiro vai para o Governo Federal, retorna para o Governo do Estado para a aplicação na valorização profissional, salário. Então, o Governador não aplicou os 60% que ele poderia aplicar na valorização, qualificação, preparo do professor, a questão salarial.

Se você ler todo o texto, Deputado Carlão Nascimento, Vossa Excelência verá que acumulado, ele já não aplicou de 2003 e 2004 e isso acumulado da mais de 10%. Ele não aplicou os 60% do FUNDEF.

Eu acho isso, principalmente os compromissos com a educação. Eu vou dizer aqui aos meus colegas Deputados que o Governador Blairo Maggi é um dos Governadores que mais eu vi preocupado com a gestão pública. Essa preocupação ele tem com a gestão pública. Mas está tendo alguns erros graves, não sei se é a Secretaria de Planejamento dele, não sei se a Secretaria de Educação dele, mas erros graves que hoje estão na contabilidade de suas contas.

É um bom administrador público. Muitas vezes é a burocracia, a tecnocracia que estão comprometendo as contas do Governador.

Movimentação das disponibilidades financeiras do sistema previdenciário na Conta Única do Estado, em descumprimento com o art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 101/2000.

Nessa questão eu quero fazer uma defesa ao Secretário Geraldo De Vitto. Esse Fundo único previdenciário - falei isso com o Governador esta semana - tem que ser resolvido o quanto antes. Com isso nós vamos acabar com problemas sérios de pagamento de aposentadoria, de viabilização do Governo, e enxugar, não haver dúvida aposentadoria, como tinha no Estado, IPEMAT e Secretaria de Administração. Eu acho que o Governo tem que tomar algumas atitudes, como tirar os pensionistas e aposentados da educação e colocar na Secretaria de Administração, e colocar no Fundo único. Então, quero aqui ilustrar isso.

“Apropriação a menor para o PASEP em descumprimento ao disposto na Lei nº 9.715/98.”

Quer dizer, isso não pode acontecer. Você não pode pegar o dinheiro do PASEP e não pagar o PASEP. Então, apropriação a menor. Quer dizer, dinheiro do PASEP tem que ser para o PASEP.

“Além disso, em função das falhas formais detectadas nos autos o Tribunal de Contas recomenda por unanimidade ao Chefe do Poder Executivo Estadual adotar as seguintes medidas.” Olha, isso aqui são medidas que nós não podemos deixar de cumprir.

“Proibir a realização de despesas sem prévia previsão e autorização legal.” Na verdade, está provado que o Governo gastou sem passar pela Assembléia Legislativa. Gastou. Está aqui. Créditos adicionais, por excesso de arrecadação, créditos adicionais suplementares. Então, uma das orientações é não gastar sem passar pela Assembléia Legislativa de Mato Grosso.

“Ampliar os instrumentos de recuperação dos créditos escritos em dívida ativa; exercer plenamente as atribuições do Governo quanto ao planejamento”.

Eu trabalhei, fui Secretário de Obras por duas vezes, fui Secretário Adjunto de Planejamento. Fundei a Secretaria de Planejamento de Rondonópolis que, hoje, é uma Secretaria de ponta. Então, aqui: “Exercer plenamente as atribuições do Governo quanto ao planejamento, controle e execução orçamentária sob pena do descumprimento da legislação pertinente e suas

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE OUTUBRO DE 2005,
ÀS 08:00 HORAS.

conseqüentes penalidades em especial aos previstos no Decreto-Lei n° 2.848/40 e na Lei n° 8.429/92.

Fortalecer e ampliar as medidas de combate à inadimplência fiscal como forma de estabelecer um ponto de inflexão na curva ascendente de crescimento do estoque da dívida ativa, melhorar ainda mais o desempenho da arrecadação e contribuir para viabilização de medidas voltadas para a redução da carga tributária.”.

Bem, eu quero aqui dizer o seguinte: o que está sendo proposto aqui?

Primeiro, reduzir a carga tributária, medidas de combate à inadimplência fiscal. E nós temos que reduzir a carga tributária. Na verdade, é uma minoria que paga. Para vocês terem uma idéia, na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias, um bilhão e meio são só incentivos fiscais.

Deputado João Malheiros, um bilhão e meio de incentivos fiscais correspondem a 23% do Orçamento. Então, hoje, o que está acontecendo? Alguns estão pagando muito impostos e outros estão pagando nada. Então, tem que combater a inadimplência e acabar com alguns incentivos que, na minha opinião, são renúncias fiscais, como sempre falamos aqui.

“Uniformizar o processamento da arrecadação de todos os tributos estaduais, através de documento de arrecadação eletrônica”. Isso aí o Governo está modernizando, mas precisa acelerar.

“Exigir do Titular da Secretaria de Educação o cumprimento dos dispositivos constitucionais, infraconstitucionais, pertinente aos limites de aplicação no ensino fundamental e na remuneração dos professores desse mesmo nível de ensino em efetivo exercício do magistério, sob pena de responder por desvio de finalidade, de recursos constitucionalmente vinculados”.

Como nós vamos responder quando essa galeria estiver cheia de professores cobrando melhores salários? Como nós vamos responder se o Governo, se a Secretaria de Educação não está cumprindo os dispositivos constitucionais! Não está cumprindo e ao FUNDEF faz com que isso seja claro. Eu tenho dúvida se o Governador sabe disso!

Meus caros colegas Deputados, uma coisa que eu sinto no Governador Blairo Maggi é que ele está preocupado com a gestão pública dele, mas falta planejamento e falta também alguns Secretários fazerem acompanhamento da aplicabilidade do recurso público, inclusive, acompanhamento orçamentário.

“Utilizar as informações gerenciais da Secretaria de Estado de Educação e do Fundo Estadual de Educação para o cálculo dos percentuais destinado ao ensino fundamental, bem como incluir na base de cálculo dos percentuais de aplicação no ensino e na saúde os valores efetivamente recebidos a título de dívida ativa de impostos”.

Eu quero fazer aqui uma ilustração. O Governador aplicou mais que o limite constitucional para a saúde. Sabiam disso? Aplicou a mais! Aplicou mais de 12%! Era para ser 12%! Parabéns ao Governador que deu prioridade para a saúde, mas na educação aplicou aquém e bem aquém. Não é a primeira vez que isso vem acontecendo.

“Encaminhar os relatórios ao sistema de controle interno a serem elaborados pela Auditoria-Geral do Estado, juntamente, com as contas anuais do exercício de 2005 sob pena de reincidência com suas conseqüentes penalidades”. Aliás, essa auditoria do Governador, me desculpem.

Eu fiz parte da CPI da Caixa Preta, houve um verdadeiro, me desculpem, bate cabeça. Nós fizemos um trabalho excelente, com auditores de primeira, fui para a imprensa e apresentei o meu trabalho da CPI da Caixa Preta. Eu acho que a Auditoria tem que cumprir o seu papel de auditoragem, de acompanhamento da aplicabilidade do recurso público. Qual é o papel da Auditoria? Acompanhamento da aplicação do dinheiro público.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE OUTUBRO DE 2005,
ÀS 08:00 HORAS.

E a controladoria? Se eu fosse Governador do Estado, colocaria Auditoria, Controladoria do Estado... Qual é o papel da Controladoria? Estar acompanhando todos os processos de licitação, de empenho e de aplicabilidade dinheiro. O Governo tem que ter uma equipe de ponta na Auditoria e na Controladoria.

“Oficializar os mecanismos de planejamento, avaliação e controle das receitas públicas, a exemplo do que foi feito da relação aos benefícios fiscais.

Implantar ainda em 2005, sistemas de avaliação”... (O MICROFONE É DESLIGADO.)

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Concedo mais dois minutos ao Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, eu não vou continuar lendo, eu estou simplesmente colocando todas as irregularidades e o que nós podemos fazer para melhorar.

Mas eu quero também dizer uma outra coisa: quer estipular prioridades, este Governo. Isso é importante, debater com a sociedade, aproximar-se mais das bases populares, criar mecanismos para colocar no orçamento, investimento na agricultura familiar, fortalecer a MT FOMENTO para gerar emprego, renda, para que o dinheiro chegue na ponta, para que o Estado cumpra o seu verdadeiro papel.

Então, eu quero aqui dizer o seguinte: não é concebível o Governo não atender alguns pré-requisitos constitucionais, os 25% da educação, os 60% de valorização do profissional, os 15% do ensino fundamental. Eu quero aqui dizer que não está cumprindo a Constituição Federal. Ele não está cumprindo a Lei Magna. Isso ele, Governador, vai ter que sentar com a Secretária de Educação e reanalisar aquela Secretaria, porque a própria Secretaria não está cumprindo com a legislação que deveria cumprir.

Então, eu quero aqui colocar todas essas questões e nós, Deputados, eu acho que o Governo poderia fazer uma reunião com os vinte e quatro Deputados para debater a questão das contas, para não haver equívocos como nós estamos vendo nesta prestação de contas do Governo do Estado. É só e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Ainda em discussão, com a palavra, o nobre Deputado Riva.

O SR. RIVA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa presente e público presente nas galerias, para falar de planejamento público na conjuntura existente, nós temos que admitir que o Brasil é um dos países mais atrasados na questão do planejamento público. Infelizmente, PPA, LDO e LOA são três peças, Srs. Deputados, Deputado Zeca D'Ávila, Vice-Presidente, que ainda para alguns são fictícias. Nós temos casos de municípios que fazem um orçamento e executa 100% diferente, poucas coisas batem com a aplicação daquilo que está previsto.

O Brasil caminha, colegas Deputados, para um aperfeiçoamento do planejamento público. E nós temos instrumentos importantíssimos que contribuíram para isso, senão vejamos: a Lei de Responsabilidade Fiscal, fez com que PPA, LDO e LOA fossem mais valorizados, chegassem mais perto da realidade. Mas daí a dizer que nós já temos um planejamento público que é realizado 100%, existe uma grande distância.

Agora, Sr. Presidente, colegas Deputados, dentro dessa ótica, em cima dessa visão, eu não tenho dúvida de que Mato Grosso avançou bastante na gestão pública. Aí nós temos que admitir que desde a época do então Governador Dante de Oliveira já havia uma sinalização, Deputado Carlão Nascimento, para o aperfeiçoamento do planejamento público. Havia naquele Governo uma equipe de técnicos altamente gabaritados. O Secretário de Estado de Planejamento do ex-Governador Dante de Oliveira, foi um dos melhores Secretários de Planejamento deste Estado,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE OUTUBRO DE 2005,
ÀS 08:00 HORAS.

do Brasil melhor dizendo, o Dr. Guilherme Müller. Ninguém pode negar isso. Melhorou e melhorou muito a gestão.

O Governo Blairo Maggi talvez tenha técnico, Sr. Presidente, mais afeiçoado, mais acostumados com a iniciativa privada, com exceção do Dr. Yênes Magalhães, que é Secretário de Estado de Planejamento, o Secretário de Fazenda vem da iniciativa privada, o próprio Secretário Pagot, que tem uma grande influência nas decisões econômicas do Governo também vem da iniciativa privada e outros, o Secretário de Estado de Saúde, Augustinho Moro, também vem da iniciativa privada. Mas nós temos que admitir aqui, Deputado Humberto Bosaipo, que houve avanços consideráveis. Lógico que cabe aqui ao Deputado Zé Carlos do Pátio e à Deputada Verinha Araújo fazer uma análise crítica e fizeram com absoluta competência, mas cabe também a nós aqui, Sr. Presidente, fazer uma análise à luz da realidade dos avanços conquistados. Raramente um Governo anunciou um Programa de investimento e cumpriu com tanta eficiência como nesse. Por exemplo, na questão habitacional, o Governo superou as metas estabelecidas nessa área que era uma área defasada, Sr. Presidente, que muitos prometeram, mas não saiu do papel, e o Governo executou um programa com muita eficiência em que pese ainda termos uma demanda reprimida. Nós temos ainda um *déficit* habitacional muito grande no Estado, foi um dos pontos positivos deste Governo.

Mas eu quero fazer uma análise, Sr. Presidente, conjuntural do planejamento público. Passado do PPA, da LDO e LOA para dizer o seguinte: primeiro, existe divergência nos números e aí foi estabelecido um confronto entre os números apresentados pelo Governo e o Estado, o Estado anuncia aplicação de 28% na educação, existe aí uma divergência de número, em contrapartida o TCE diz que não fora aplicada os 25%. Numa análise rápida feita no relatório, Sr. Presidente, dá para constatar que o Estado cumpriu com as disposições constitucionais. Na saúde aplicou 12.59; na educação, se existe diferença de números, aproxima muito os 25%, se não for os 28. Está correto? Não, nós defendemos aplicar mais recurso na educação, mas num Estado com deficiências infra-estruturais que tem em Mato Grosso, diferença de um por cento, de meio, de dois, Sr. Presidente, não é diferença, principalmente se for analisar que às vezes para funcionar escola, você tem que fazer estrada; às vezes, para funcionar escola, você tem que pôr a energia; às vezes, para funcionar escola, Sr. Presidente, tem uma gama de investimentos anteriores que não são contabilizados.

Eu me lembro as minhas contas de 1987, travei uma discussão, naquela ocasião, sobre a aplicação dos 25%, para funcionar uma escola num local chamado Machado, e tive que fazer quatrocentos metros de ponte. Ora, Sr. Presidente, é muito claro que o Japão investiu muito em educação, a Alemanha investiu muito e eu defendo sempre isso, que um País para avançar não pode limitar a aplicação em educação, tem que aplicar o que é necessário para conquistar os avanços sociais, porque a transformação social nitidamente não passa pela educação, hoje ela para na educação. Nós temos que admitir as fragilidades infra-estruturais que este Estado tem. Então, a diferença de um por cento, de meio, isso não é diferença. Se traçarmos um comparativo em relação a todos os Estados do Brasil, não tenho dúvida nenhuma - não votei para o Governador Blairo Maggi, não estive em seu palanque -, talvez seja esse, Sr. Presidente, o Governo de maior responsabilidade na gestão pública que nós temos no País.

Eu tenho sempre a oportunidade de estar confrontando números. Não dá para negar, e o próprio Deputado Zé Carlos do Pátio fez isso aqui, não dá para negar a responsabilidade do Governo em relação à coisa pública, em relação à gestão pública. Não existe desonestidade do Governo, não existe desvio de dinheiro, pode existir discussão do que é prioridade, do que não é, aplicação em um setor mais do que no outro. Mas, ora, mesmo aplicando todos esses recursos, Sr. Presidente, e aí nós temos por exemplo os consórcios, Deputado Humberto Bosaipo, que são muito questionados, mas o questionamento temos que fazer o seguinte: quanto custa o quilômetro da

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE OUTUBRO DE 2005,
ÀS 08:00 HORAS.

estrada pavimentada com o consórcio ou sem o consórcio? Está estabelecida a diferença, não há que se falar que tem ilegalidade em função de ter o Estado assinado um contrato com a iniciativa privada e barateada a obra, não tem nenhum quilômetro de asfalto do Governo Federal neste País feito com menos de seiscentos mil reais. Ora, se não tem, onde está o erro o Estado fazer asfalto através dos consórcios, a custo de menos de trezentos mil reais? Qual é o erro que cometeu aí? Não há que se falar, o Estado está economizando recurso, asfalto caro, Deputada Verinha Araújo, e aí não vou criticar o Governo Lula, vou criticar o Governo Federal, é o que o Governo Federal Faz. Esse veio eivado de custo que nós não sabemos o que tem essas gorduras.

Por isso que o Governo Blairo Maggi fala sempre, o recurso que vai pavimentar cem quilômetros através do Governo Federal dá para o Estado que pavimenta duzentos, e é verdade.

Então, nós temos aqui, Sr. Presidente, a obrigação de falar, por exemplo, da dívida, essa é uma sacanagem, mas é uma sacanagem de quem? O Estado previu pagar duzentos e setenta milhões de dívida, pagou trezentos e vinte e oito. A insensibilidade da União em estar flexibilizando e negociando com o Estado para ter superávit para investir em obras sociais, para investir em infraestrutura. Então, nós temos também que falar o lado positivo e enumerar aqui que o governo cumpriu com seu papel no que diz respeito à receita primária, a despesa primária ao resultado primário em si, que o governo teria que cumprir e cumpriu, o resultado nominal, o montante da dívida. São questões superadas, eu me lembro dos relatórios anteriores cheios de explicações porque não cumpriu com o resultado primário, não cumpriu com o montante da dívida, não cumpriu com o resultado nominal, está cumprindo com cinco itens principais, de que uma conta tem que ter.

Então, é necessário fazer essa avaliação, e dizer que a receita correta de quatro setecentos e cinquenta e seis era de quatro cento e vinte e sete a previsão. O resultado da receita tributária que era de dois oitocentos e vinte e nove arrecadou três cento e oitenta e nove. Então, o Estado mostrou competência no arrecadar, mostrou responsabilidade no aplicar, existe questionamento em toda e qualquer conta. Mas o questionamento maior que tem que ser feito é em relação ao planejamento público atual. O dia que o Brasil estabelecer uma regra de que o orçamento é uma peça impositiva que todo gestor público que cumprir cem por cento do que está no orçamento, aí nós vamos poder fazer esse questionamento. Por enquanto não tem nem como fazer.

Deputado Carlão Nascimento, o Canadá que é um dos países mais competentes, um dos países que têm servido de exemplo para todos, inclusive o Brasil constantemente vai lá, Federação de Indústria de Mato Grosso, empresários vão lá para ver o sistema tributário aplicado no Canadá. O sistema orçamentário, a forma que executa, ele chega hoje a noventa e dois por cento da eficiência na aplicação dos recursos orçamentários. Aquilo que é previsto aplica-se noventa e dois por cento. Agora, imaginam o Brasil, um país cheio de eventualidades, adventos da natureza. É uma chuva forte, é uma série de questões que surgem no decorrer do ano que mudam as prioridades do Governo em uma velocidade incrível. Você está preparado para fazer uma obra e, de repente, vem uma catástrofe e você é obrigado a mudar os rumos.

Neste momento, nós estamos anunciando, Deputada Verinha Araújo, que se não houver investimentos na 170, na 338, na 208, na 220, na MT-100 e em outras rodovias importantes do Estado, vão paralisar dentro de alguns dias. É falta de investimento? Sim, lógico que é falta de investimento. Mas é falta, na verdade, de recurso para o investimento.

Então, eu quero aqui, Sr. Presidente, dizer que se nós tivemos ao longo desses anos - e aí eu contabilizo ao Dr. Guilherme Müller, do ex-Governo Dante de Oliveira, ao Secretário Valter Albano, parte da eficiência desse planejamento público - alguns avanços importantes, e tivemos, tem que ser contabilizada a determinação do Governador Blairo Maggi em mostrar transparências. Eu não vou questionar o mérito, que não reduziu a carga tributária prometida. São programas de Governo que o Governador Blairo Maggi vai explicar. Eu sei que muitas vezes os

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE OUTUBRO DE 2005,
ÀS 08:00 HORAS.

Deputados questionam e, logicamente, têm que fazer isso como oposição crítica ao Governo, mas responsável, de estar cobrando esses compromissos.

Eu não vou falar da carga tributária, Sr. Presidente, porque ela pesa não só sobre o lombo da sociedade mato-grossense. Mas a caro da carga tributária não são apenas os tributos estaduais. O caro da reforma tributária é os tributos federais. É o Governo Federal que, quando estoura o caixa, aumenta o Imposto de Renda. É o Governo Federal que institui o CPMF. É o Governo Federal que aumenta o IOF. Foi o Governo Federal quem aumentou o PIS/PASEP. Ora, o Brasil, no mês de agosto, teve 41% do PIB. A Receita do Brasil foi de 41% do PIB. Nos piores momentos do Governo Fernando Henrique chegou a 37,8%. Então, existe um arrocho na cobrança. Existe, sim, uma carga tributária extremamente elevada nas costas da sociedade brasileira e crescente, crescente. É necessário que se diga.

E aí o grande Adam Smith, Sr. Presidente, em 1776, já dizia que uma boa reforma tributária tem que respeitar a capacidade contributiva do cidadão.

Então nós temos que partir para esses questionamentos. Mas em termo de contas, Sr. Presidente, deficiência na aplicação do dinheiro público, eu quero dizer que, juntamente com maioria da bancada do Governo, vou votar favorável às contas, porque sinto que os resultados que sobreveio para a sociedade em função da determinação do Governador Blairo Maggi, da aplicação dos recursos nas áreas estratégicas, nós estamos falando de escolas, por exemplo...

Eu conheço, Sr. Presidente, fiz as contas esses dias na caneta, trinta e oito escolas novas que o Estado fez, que eu conheço, e posso citar algumas que eu fui. Trinta e oito escolas novas, grandes e de boa qualidade.

Aí, nós vamos falar das ruins. É lógico que nós temos escolas ruins, temos ainda escolas de madeira, e o Governo já tomou a decisão de substituir todas, vai fazer de material. Temos escolas que estão sendo reformadas. Existe algum questionamento na gestão da educação? Existe e eu mesmo fiz esse questionamento aqui.

Mas no tocante, Sr. Presidente, ao Balanço de 2004, eu quero dizer que voto favorável como a maioria da bancada aqui, consciente dos avanços que houveram e que foram conquistados, consciente também que existem, sim, divergências pontuais, enquanto a mesma conta do ex-Governador Jaime Campos foi aprovada com louvor, e eu fiz aqui um registro, um homem público sério ainda tem ressalvas.

Qualquer conta haverá ressalvas, até porque o Tribunal de Contas do Estado tem obrigação de colocar, o mínimo que seja, um item que não foi cumprido. Se você for verificar a questão patrimonial da maioria dos municípios de Mato Grosso e do Brasil, todas elas contêm irregularidade.

Eu verifiquei atentamente a questão patrimonial do Governo do Estado, está próxima da perfeição. Então, nós temos que sinalizar os pontos positivos.

Eu quero defender a aprovação das contas, consciente, Sr. Presidente, que também se estabeleceu uma relação diferenciada com os poderes.

A relação de confiança estabelecida do que foi combinado acontecer. Brigamos muito e neste momento até os poderes, ainda, têm alguns pontos divergentes em relação ao Orçamento de 2006, que será debatido aqui, mas há de ressaltar que o Governo do Estado inaugurou uma nova relação com os poderes, Judiciário, Legislativo, com o Ministério Público, com o Tribunal de Contas, e isso foi importante para o Estado.

Então, eu quero fazer a discussão da matéria mais nesse caminho, porque defendo a mudança radical do planejamento público, a ponto da Lei Orçamentária ser impositiva, a ponto, Deputado Ságua, desse PPA e dessa LDO estarem mais próximas da realidade, porque de fato muitas delas são peças fictícias, os municípios, muitas vezes, nem dão importância para a LDO.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE OUTUBRO DE 2005,
ÀS 08:00 HORAS.

Tem Estado que ainda está fazendo a LDO dentro do gabinete, nem sai para a base e Mato Grosso avançou também nessa discussão, indo aos pólos, debatendo com a sociedade. Nem sempre executa de acordo com aquilo que está ali combinado, isso é bom ressaltar, mas existe hoje uma relação melhor entre o Governo e a sociedade nessa discussão, no cumprimento do planejamento público, PPA e LDO e Orçamento e aí, Sr. Presidente, a atenção que teremos que ter para o Orçamento do ano que vem, analisar, não só nesse, mas em todos que formos votar aqui, se realmente ele traz as metas prioritizadas na LDO e os programas do PPA, porque nem sempre ele retrata fielmente a LDO e o PPA.

E aí, quero finalizar aqui dizendo, Sr. Presidente, que não vejo nenhum ponto crítico que possa dificultar a votação das contas e acredito que nessas contas o Governo mostra muita transparência e, se há essa divergência de percentuais na aplicação da saúde e outras prioridades de áreas, Deputada Verinha Araújo, são questões técnicas que, com certeza, Sr. Presidente, não causou prejuízo à sociedade.

O recurso foi investido nas áreas principais. Construimos quase 20 mil casas, eu falo construimos porque o legislativo tem participação nisso, precisava de 130 mil... (O MICROFONE É DESLIGADO.)

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Concedo mais um minuto para o Deputado Riva.

O SR. RIVA - Se fez 500 quilômetros de asfalto, precisava de 25 mil. Tudo o que fizer neste Estado vai ser pouco, perto da demanda que temos, mas uma coisa é certa, reafirmo, as contas devem ser aprovadas em função disso que relatamos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Queremos registrar, com muita satisfação, a presença do Prefeito de Paranatinga, Carlinhos, e toda sua comitiva de vereadores e empresários que se fazem presentes. Sejam bem-vindos. Sintam-se à vontade em nossa Casa. Registro a presença dos senhores em meu nome, em nome dos Deputados Zé Carlos do Pátio e Nataniel de Jesus e de toda a Mesa Diretora.

Registro também a presença do Vereador Demétrio, de Lucas do Rio Verde.

Convido agora para assumir a Presidência o Deputado Mauro Savi.

(O SR. DEPUTADO MAURO SAVI ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 11:23 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Com a palavra, o nobre Deputado Ságuas, para discutir, pela inscrição.

O SR. SÁGUAS - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^a Deputada, público presente, imprensa, também me inscrevi aqui para fazer a discussão das contas do Governo do Estado. Só que eu já salientei nos outros anos em que essas contas vieram para cá que, junto com as contas do Governo do Estado, venham também as contas do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado, do Ministério Público Estadual, em termos macrofiscais para que possam ser analisadas aqui.

No meu entendimento, essas contas têm que vir separadas para cá. O recurso é tudo do Governo do Estado, porém as responsabilidades são de cada órgão. Eu não posso concordar. Já reclamei disso em outras ocasiões, das contas do Judiciário, do Tribunal de Contas, do Ministério Público e da Assembléia Legislativa virem junto com as contas do Governo do Estado, vem tudo embolado. Não dá para saber o que é de um determinado órgão e o que é do Estado com exatidão. Então, é importante que ressaltemos aí. Vamos cobrar de nós mesmos, aqui, Parlamentares, do Tribunal de Contas, para que essas contas venham em separado para cá.

O Sr. Riva - Concede-me um aparte, Deputado?

O SR. SÁGUAS - Concedo um aparte ao Deputado Riva.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE OUTUBRO DE 2005,
ÀS 08:00 HORAS.

O Sr. Riva - O aparte eu agradeço, Deputado Ságuas. Só para fazer um esclarecimento.

As contas são apenas juntadas ao Balanço do Estado para demonstrar os repasses que o Estado fez para cada Poder, mas as contas são separadas. As contas do Judiciário, do Tribunal de Contas, da Assembléia Legislativa são separadas da do Estado. No julgamento, na apreciação do Tribunal de Contas, no julgamento, inclusive o rito é diferente em relação às contas do Tribunal de Contas que vêm direto para a Assembléia Legislativa analisar mês a mês o balancete. O Estado faz isso apenas para demonstrar onde foi a receita do Estado aplicada, para quem foi repassada, como um todo, mas, na verdade, as contas são separadas.

O SR. SÁGUAS - Pois é, Deputado Riva, mas, por exemplo, se nós pegarmos as Câmaras de Vereadores que têm que apresentar um balancete mensal e as Prefeituras que apresentam um balancete mensal, ao final do ano, têm que mandar o balanço geral da contas. Então, aqui nós recebemos as contas mensais do Tribunal de Contas. Do Poder Judiciário, eu não sei se vem mensalmente ou semestralmente. Eu acho que vem anualmente. É anual do Ministério Público também. E aí vem tudo junto aqui.

É isso que eu tenho reclamado, que fica difícil analisar essas contas. Eu acho que elas têm que vir separadas, mesmo recebendo, no caso do Tribunal de Contas, os balancetes mensais aqui, mas no caso dos outros órgãos, que é anual, vem junto aqui com as contas do Governo do Estado e fica difícil de analisarmos e vermos exatamente o que acontece em cada uma dessas contas.

Então, fica aqui a nossa reclamação, a nossa reivindicação para que isso mude. Tem que mudar isso aqui! Não dá para ser dessa maneira!

Eu ouvi atentamente as discussões aqui, da Deputada Verinha Araújo, do Deputado Zé Carlos do Pátio, do Deputado Riva. Gostaria de dizer que nós também temos a preocupação com relação aos recursos da educação, do FUNDEF, que ficaram aquém do valor a ser aplicado e da aplicação com os profissionais da educação, que ficou em 50%.

Aqui no relatório, o Tribunal faz a recomendação para que seja revista essa aplicação com os profissionais ainda este ano. Nós sabemos que, pela Lei de Responsabilidade Fiscal, o Executivo pode, até ao final do seu mandato, zerar essa diferença dessa aplicação desses recursos com os profissionais, no caso, da educação. São 5% do ano passado mais 5% do ano anterior de 2003, já perfazem 10%.

Os profissionais da educação têm uma reivindicação para que o Imposto de Renda, que antes era incluído como receita, passasse para a aplicação dos 25% da educação, que volte como receita para a aplicação e que foi retirado a partir deste ano. Eu acredito que voltando o Imposto de Renda como receita e cumprida essa diferença desses 5% de 2003 e 2004, nós haveremos de atender com uma certa folga essa reivindicação de reposição salarial dos profissionais da educação. Eu acredito que terá condições de fazer, porque este ano, pelo que estamos acompanhando a receita, nós teremos um excesso de arrecadação. O Orçamento deste ano é de cinco bilhões e cem milhões de reais e nós já tivemos aí nos oito primeiros meses, três milhões e novecentos mil de receita acumulada.

Se continuar na projeção média, aí jogando a média um pouco para baixo, demais quatrocentos mil por mês, nesses próximos quatro meses, nós haveremos de ter uma arrecadação este ano para o Estado de cinco bilhões e quinhentos milhões. Portanto, tendo um excesso de arrecadação, algo em torno de quatrocentos milhões, que daria para reparar algumas questões, como essa questão da folha salarial, da reposição salarial da educação e atender algumas demandas do Estado que ficaram reprimidas ao longo deste ano.

Eu gostaria, também, de ressaltar que ao longo dos últimos anos, e o Deputado Riva colocou bem essa questão aqui, os poderes constituídos, principalmente os executivos, estão

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE OUTUBRO DE 2005,
ÀS 08:00 HORAS.

trabalhando melhor, estão planejando melhor os seus orçamentos. O PPA, que antes era uma peça meramente artificial, fictícia, muito mais do que o orçamento, que por muito tempo foi fictício também, mas o PPA era totalmente desvalorizado, era só para cumprir a legislação que lhe era feita, e a LDO não era diferente.

O que era próximo da realidade, mas o período de inflação há dez anos era uma peça difícil, que era de ficção por ser de difícil controle da inflação, você não tinha como projetar a inflação do ano seguinte, então, a Lei Orçamentária era bastante complicada de se fazer próxima da realidade. Esse período de inflação no Brasil durou muitos anos, de tal sorte, que se criou a cultura de que o orçamento não é uma peça importante, o PPA e a LDO muito menos importante, ainda.

Mas agora, depois da estabilidade econômica do nosso país nesses últimos anos, depois de um controle inflacionário neste país, que temos uma projeção real da inflação, nós agora temos condições, tranqüilamente, de fazer um planejamento adequado, quer seja do PPA, quer seja na LDO, quer seja no orçamento anual. Aí eu acredito que todos os gestores públicos, desde o Executivo nacional, da Presidência da República, aos governadores e prefeitos, terão condições de fazer um planejamento mais adequado.

Precisamos, a cada ano, enquanto Legislativo, cobrar o aperfeiçoamento dessas leis orçamentárias por parte dos executivos. Eu digo dos executivos como um todo, prefeituras, Governos de Estados e também da União, porque agora, com o controle da inflação, aliás, nos últimos cinco meses ela está até descontrolada, está negativa aí, todo mês pensa que vai ter uma inflação positiva, Deputado Mauro Savi, faz cinco meses que nós temos inflação negativa. Exatamente nesse período de crise política a inflação está negativa, isso demonstra solidez na política econômica do Governo Lula.

Eu fico contente que, apesar da crise que atinge totalmente o nosso Governo, nós temos aí os dados econômicos extremamente positivos. Inflação negativa há cinco meses; risco País saiu anteontem, Deputado Mauro Savi, quatrocentos e trinta e um pontos, o menor risco País dos últimos quinze anos; o dólar começou com a crise entre dois ponto quarenta e pouco, está em dois ponto três, está caindo o dólar também; as bolsas de valores bateram recordes, anteontem foi para trinta e um mil novecentos e tantos pontos, maior recorde da história da Bolsa de Valores de São Paulo. Ou seja, apesar da crise, apesar de toda essa situação e que envolve principalmente o Partido dos Trabalhadores, que é o Partido do Presidente da República, mas obviamente que envolve todos os grandes Partidos deste País, a nossa economia está caminhando para frente, está caminhando de forma sólida e com isso garantindo com que o nosso Brasil de fato possa desenvolver cada vez mais.

Então, já que nós temos hoje um controle dessa inflação, não tem mais como fazermos leis orçamentárias, planos plurianuais de forma fictícia, e aí eu acredito que nesses próximos dias nós vamos debater amplamente a Lei Orçamentária para o ano de 2006 e haveremos de tê-la mais próxima da nossa realidade possível.

Eu gostaria também, Deputado Mauro Savi, de dizer que por conta da crise do agronegócio, dessa Operação Curupira que atingiu o setor madeireiro, criou-se uma onda muito negativa no Estado de redução de receitas. Aí eu quero dizer que na verdade, dentro do que estava projetado orçamentariamente para os estados e municípios, não houve queda, ao contrário, vai haver um excesso de arrecadação, porém nós temos essas crises instaladas aí e eu fico contente de saber que agora houve esse termo de cooperação na questão da madeira entre o IBAMA e SEMA e que nós haveremos de resolver esses problemas aqui no Estado, porque a depender de Brasília, as decisões são muito demoradas, o órgão é incapaz de atender todas as demandas do Estado e nós já começamos a debater isso aqui.

Nós estaremos discutindo também o Zoneamento-Econômico-Ecológico que nos dará subsídio para que possamos garantir que esse setor tão importante para o Estado de Mato

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE OUTUBRO DE 2005,
ÀS 08:00 HORAS.

grosso possa voltar a sua tranqüilidade e, dessa maneira, eliminarmos uma das crises que afeta o nosso Estado.

Mas voltando as contas do Governo do Estado, eu quero dizer que muitos dos problemas encontrados nas obras, Deputado Mauro Savi, que preside esta Sessão, Líder do Governo nesta Casa, Deputado de Sorriso e região, dizer que já chamamos a atenção, e sei que Vossa Excelência também já chamou atenção do Governo em alguns momentos, que tem alguns municípios que não tiveram a responsabilidade suficiente de, ao receber esses recursos para execução de casas, executar as casas como estavam. Nós sabemos que têm vários projetos desses paralisados e que o dinheiro já chegou na prefeitura, talvez faltou um pouco mais de fiscalização e aí já sabemos das medidas que o Governo tem tomado para poder apurar a fiscalização. Não adianta você ter um programa de governo, você ter um projeto para o Estado, você ter os recursos e as pessoas que têm que executar, executam de forma errada, de forma viciada, de forma desonesta a desviar os recursos.

Então, eu não tenho dúvida nenhuma de que continuaremos, ao visitar o Estado, observando essas obras que estão dessa maneira que eu disse, ora inacabada por conta do convênio não cumprido por algumas prefeituras, ora mal executadas por falta da fiscalização, mas acredito que no todo aqui, mesmo com essas observações feitas pelo Tribunal de Contas, mesmo com essa aplicação, a menor para a educação, e aí eu espero que nós possamos ver esses recursos aplicados ainda na educação, porque isso é constitucional, está assegurado na Lei de Responsabilidade Fiscal e haveremos ainda de recompor essas falhas levantadas aqui no relatório do Tribunal de Contas.

Quero dizer, Deputado Mauro Savi, que eu vou votar favorável às contas do Governo do Estado, e, de tabela, do Judiciário, do Ministério Público, no Tribunal de Contas e da Assembléia Legislativa, porque está tudo englobado aqui, e acredito que nesses próximos dias haveremos de discutir juntamente com o SINTEP e Governo do Estado essa recomposição salarial, levando em consideração esses 5%, a menor, aplicados para esses profissionais no ano de 2003; esses 5%, a menor, no ano de 2004; e mais a questão do imposto de renda que nós deveremos considerar como receita, porque de fato é receita.

Isso fará com que nós possamos, de uma maneira ou de outra, fazer com que as reivindicações de recomposição salarial desses profissionais da educação possam ser atendidas. Desta maneira, faremos justiça com essa categoria que sempre lutou para que nós pudéssemos ter um Estado mais justo. Todos reconhecem a importância dos profissionais da educação na formação de uma sociedade, na formação de um cidadão e na construção de uma sociedade mais justa.

Era isso o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Agradeço a atenção dos nobres Deputados. Gostaria de dizer que nós, mais uma vez, agradecemos a Presidência desta Casa por conceder esse momento para discussão das contas do Governo do Estado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Obrigado, Deputado Ságuas. Tenho certeza de que, pela sua postura nesta Casa, não seria outro o seu posicionamento. Concedo, agora, a palavra ao Deputado João Malheiros.

O SR. JOÃO MALHEIROS - Sr. Presidente e demais membros da Mesa Diretora, meus colegas, público que nos honra com sua presença. Eu quero, Sr. Presidente, primeiro, em nome da liderança da bancada do PPS nesta Casa, fazer referência a algumas falas de alguns companheiros que usaram a tribuna.

Falar da maneira eloqüente, sábia e competente do meu companheiro Deputado Riva. Eu já dissera a ele, ao Deputado Riva, que em pouco tempo ele terá o saber jurídico comparado ao do Sepúlveda Pertence. Vossa Excelência, com muita clareza, com muita sabedoria, conseguiu aqui demonstrar como votará as contas do Governo com a tranqüilidade de que este

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE OUTUBRO DE 2005,
ÀS 08:00 HORAS.

Governo é um Governo transparente e um Governo em que, realmente, todos podem acreditar. E o povo de Mato Grosso tem feito isso.

Companheiro Deputado Zé Carlos do Pátio, um dos mais combativos Deputado desta Casa, que aqui também fez uso da palavra. Eu tenho conseguido aprender e procurar dar conta da melhoria do nosso Governo com suas críticas. Críticas essas que vêm com sabor de elogio quando diz, por exemplo, que o Governo teve avanços, Deputado Zé Carlos do Pátio, como o pregão.

Companheiro Deputado Carlão Nascimento, que em nenhum momento obstruiu ou procura, realmente, dificultar as nossas ações governamentais e, principalmente, as ações de tramitação dos projetos do Governo nesta Casa.

Companheiro Deputado Humberto Bosaipo, que analisou, evidentemente, as metas da educação. Preocupados com a questão de ter atingindo ou não as metas, ele nos disse o seguinte: “Deputado João Malheiros, fique tranqüilo. Eu as analisei bem e posso lhe dizer que, se não foram na sua totalidade executadas, muito próximo ficaram”. E cabe ao Tribunal, justamente, fazer as considerações quando dizem que alguma coisa é aprovada com ressalva. A ressalva é isso, é do que o Governo deve, evidentemente, aplicar. E como o Deputado Ságuas já disse aqui, há pouco tempo, no próximo exercício procurar zerar, sanar essas pendências.

Já disseram aqui que as transformações sociais passam pela educação. Não há outro meio. Não há outro caminho. Talvez, seja um pouco longo, mas é o único que nós temos. É por isso que eu vejo a defesa intransigente de alguns Parlamentares aqui com respeito à educação.

Das escolas que foram feitas pelo Governador - mais de trinta e oito, com certeza, Deputado Riva -, uma delas é a Escola do Bairro Aroeira. Escola que foi objeto da nossa emenda, que é uma escola, eu diria, de primeiro mundo, com piscina semiolímpica e com condições efetivas para aquele alunado da região poder desfrutar, e não só eles, como a sociedade localizada dessa escola, até nos finais de semana.

Os incentivos fiscais que são muito rebatidos e debatidos aqui pelo eminente Deputado Zé Carlos do Pátio, que vê alguns como renúncia fiscal, nós entendemos que são muito importantes, porque geram uma série de coisas favoráveis, e isso nós haveremos de discutir com mais profundidade - democrático que Vossa Excelência é - para que nós possamos ajustar. E se, realmente, houver algum desvio de conduta, bem como se algumas empresas não necessitarem mais desses incentivos, eu acho que Vossa Excelência terá aqui condições de resolver a situação de maneira tranqüila.

O Governador sabe que não fez tudo - tem dito isso em todas as ocasiões - mas tem consciência de que muito tem feito pelo Estado de Mato Grosso. E há uma vontade extraordinária, tanto dele como de sua equipe aqui referendada pelos companheiros desta Casa, de fazer o Estado de Mato Grosso cada vez melhor. Portanto, os avanços existiram, e houve muitos.

A habitação, por exemplo, nobre Deputado Sérgio Ricardo, o avanço que teve foi extraordinário, pensava-se que era anseio do Governador fazer, neste Estado, perto de quinze mil casas, mais de vinte mil já foram feitas e outras tantas estão por serem edificadas.

(O SR. DEPUTADO J. BARRETO ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 11:45 HORAS.)

O SR. JOÃO MALHEIROS - Portanto, nós estamos aqui com o dever e a consciência de que todos os Srs. Deputados votarão de maneira tranqüila nas contas do Governo, que é transparente, que é honesto e que trabalha para o bem do povo mato-grossense.

Muito obrigado a todos! Eu quero desculpar o tempo que já tomamos dos senhores e dizer que a conta, com certeza, será aprovada, porque não só é recomendada pelo Tribunal, como também é tida pelo meu companheiro Deputado Eliene, Relator, que relatou favorável e que acha,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE OUTUBRO DE 2005,
ÀS 08:00 HORAS.

realmente, que tudo aquilo que fora dito aqui, há pouco, é a expressão verdadeira de todos os Srs. Parlamentares. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (J. BARRETO) - Encerrada a discussão...

Esta Presidência, antes de encerrar - há uma inscrição do Deputado Carlão Nascimento.

Antes eu renovo a saudação ao Prefeito de Paranatinga, Prefeito Carlinhos, ao Vereador Valdecir, ao Presidente da Câmara e a todos os Vereadores, acompanhados com a assessoria de imprensa da simpática cidade de Paranatinga. Muito obrigado pela presença.

Convoco o Deputado Silval Barbosa a reassumir a Presidência.

(O DEPUTADO SILVAL BARBOSA REASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 11:47 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Antes de o Deputado Carlão Nascimento fazer uso da palavra, registro, com muita satisfação, a pedido do Deputado Eliene e nosso, a presença em nossas galerias do Vereador José de Freitas, de Colíder. Sinta-se à vontade. Bem-vindo a nossa Casa.

Com a palavra, para discutir, o Deputado Carlão Nascimento.

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Sr. Presidente, Sr^a Deputado, Srs. Deputados, estive acompanhando toda essa discussão das contas do Governo e vou ser bastante breve, até porque vários assuntos que eu poderia aqui colocar já foram colocados pelos Deputados Zé Carlos do Pátio, Verinha Araújo, enfim, por todos aqueles que usaram a tribuna para fazer as discussões.

Quero ressaltar algumas coisas, Sr. Presidente, como a importância que eu vejo no sentido de que possamos, a cada dia mais, aperfeiçoar três peças orçamentárias que considero fundamentais, primeiro a questão do PPA, que, ao contrário daquilo que já foi dito aqui por alguns, eu vejo que esse PPA tem que estar realmente sofrendo revisões devidas a cada ano. Não dá para fazer um Plano Plurianual para quatro anos e trabalhar os quatro anos do Governo sem que se faça uma revisão. E isso tem sido objeto dessas peças orçamentárias, para que possamos estar revisando a cada ano o PPA, adequando o PPA ao desenvolvimento do Estado a cada ano. Isso nós temos feito aqui.

O Governo tem tido deste Parlamento essa ajuda, eu diria assim, no sentido de que possamos ter um PPA sempre mais próximo daquilo que almeja a sociedade.

Temos também a LDO que é uma outra peça que vai orientar cada ano o orçamento do Estado que também é algo que nós temos procurado por mais que seja um negócio muito teórico. A LDO é extremamente difícil até para travarmos uma discussão com a sociedade, porque é algo mais teórico. É uma lei que simplesmente vai dizer como será feito o orçamento do ano seguinte. Portanto, é uma lei por mais que tenha sido difícil de discutir isso com a sociedade, nós temos procurado fazer. E aí o orçamento. Esse orçamento é que eu vejo que há necessidade de discutir bastante com a sociedade. Se o Governo não fez é importante que nós tenhamos aqui agora a consciência de que nós precisamos discutir esse orçamento com a sociedade.

E aí me chama atenção pelo seguinte. Eu já vi uma matéria do Governo colocando claramente que no orçamento do ano que vem o Governo pretende fazer 600 quilômetros de pavimentação asfáltica nas cidades e que as emendas parlamentares teriam que obedecer esse critério. Eu prefiro discordar desse critério.

Eu acho que é importante que cada Parlamentar possa ter a oportunidade de discutir com a sua base eleitoral, com a sua cidade, com o seu município para ver o que a sociedade acha mais importante fazer com esse pequeno recurso que o Parlamentar pode disponibilizar.

Eu, por exemplo, já fiz os cálculos. Então, nós vamos ter direito aí, cada Parlamentar, a um pouco mais de 14 quilômetros de asfalto. Então, se eu for colocar numa cidade um quilômetro de asfalto, muitas vezes eu vou atender muito menos pessoas do que construir um

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE OUTUBRO DE 2005,
ÀS 08:00 HORAS.

centro de convivência de idosos como estou fazendo lá na cidade de Jauru, ou atender uma creche para 150 crianças como estou fazendo na cidade de Nobres. Eu poderia fazer um quilômetro de asfalto, preferi fazer...

E aí que eu quero discutir e ter essa oportunidade de discutir com a sociedade o que é mais importante. Inclusive já critiquei: não dá para tomar uma decisão dessa de Governo e colocar à sociedade sem que haja uma prévia discussão.

Então, quero destacar a importância dessas três peças orçamentárias: o Plano Plurianual, a LDO e a LOA. São as peças importantes e aí que eu vejo que o Parlamentar tem a grande oportunidade de legislar.

Nós temos, com a Constituição de 88, muito pequeno poder para legislar, Deputado Riva. Tudo que envolve o financeiro, não podemos fazer, porque passa a ser inconstitucional, você não pode criar despesa para o Executivo. Mas no momento que chega a esta Casa essas três peças orçamentárias, aí sim, nós temos a oportunidade de discutir com a sociedade, discutir com o Governo e de mostrar que, realmente, nós somos legisladores, porque é o único momento que você pode criar despesa para o Estado, quando for trabalhado nessas peças orçamentárias.

Então, feito isso, e aqui o Deputado Riva já destacou a importância que teve o ex-Governador Dante, o ex-Secretário e toda sua equipe, no sentido de fazer com que essas peças se tornassem não mais peças de ficção, mas que tornassem realidade.

E quero dizer, Deputado Riva, que é muito importante que o Governo venha também trabalhando nessa linha, mas há algo que precisa ser feito ainda. É preciso simplificar essas peças orçamentárias. E a cada vez que eu discuto com os técnicos, eu pergunto. Eu tenho estudado, tenho tido assessores e, às vezes, não entendemos muito essa questão dessas peças orçamentárias.

Então, é preciso que achemos uma maneira de facilitar isso, que a sociedade possa, não só conhecer essas peças, mas que depois a sociedade possa nos ajudar a fiscalizar a execução dessas peças.

O Sr. Carlos Brito - Vossa Excelência me concede um aparte, nobre Deputado?

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Concedo o aparte ao nobre Deputado Carlos Brito.

O Sr. Carlos Brito - Deputado Carlão Nascimento, dentro da discussão em que Vossa Excelência faz das contas do Governo, também trata da questão orçamentária e da importância desta Casa e das instituições aperfeiçoarem cada vez mais essas ferramentas de gestão.

E, quero lembrar de que a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei Complementar nº 101, determina e nós vamos encerrar o novo ciclo da aplicação dessa lei ao final deste Governo, quando não mais os gestores - a exemplo dos Prefeitos que encerraram os seus mandatos - poderão deixar para o sucessor despesas não cobertas, orçamentariamente, com receita prevista.

Então, eu acho que o Orçamento de 2006 precisa, efetivamente, de uma atenção especial, onde a própria suplementação que se pratique esteja de uma certa forma prevista, para não correremos o risco - por ser a primeira vez, volto a repetir, a fazer o fechamento como determina a Lei de Responsabilidade Fiscal - de que o sucessor que venha, o futuro governante seguinte possa ter maiores dificuldades.

Então, é oportuno o pronunciamento de Vossa Excelência e quero me somar a ele com essa observação.

Muito obrigado.

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência e incorporo-o na discussão.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE OUTUBRO DE 2005,
ÀS 08:00 HORAS.

Eu estou destacando a importância que tem essas peças serem bem feitas e de forma simples, porque uma outra função que nós temos aqui é de fazer essa fiscalização. E essa fiscalização do Executivo é muito confundida com a questão de ser Bancada do Governo, e eu tenho batido muito nisso. E acho que não é ser Oposição ou ser Situação, cabe a cada Parlamentar fazer a fiscalização devida. Aí é uma coisa que eu tenho reclamado ao Governo, há pouca vontade na disponibilização desses dados para que possamos fazer um acompanhamento da execução orçamentária, que é uma função que nós temos aqui.

Com relação às contas do Governo, isso é um negócio mais contábil. O Governo tinha que investir 25% das receitas provenientes de impostos na educação. Investiu ou não? Aí não dá para ficarmos questionando números: “Ah, era tanto. Não, era tanto. Investi tanto aqui, tanto ali.” Porque isso é muito claro, a legislação nesta área, Deputado Riva, é muito clara, é 25% das receitas provenientes de impostos. E os impostos são o ICMS, ITCT, o Imposto de Renda, enfim, tudo aquilo que o cidadão paga, 25% tem que ir para a educação. Desde o ano passado nós estamos cobrando isso e agora o Tribunal de Contas também mostra claramente que o governo não cumpriu no ano passado, houve a recomendação para cumprir este ano e não cumpriu. Quer dizer, nós temos aí quase 10% que está acumulado, que precisa ser cumprido este ano.

Como o exercício não terminou, até dezembro o Governo tem como corrigir esta falha que está na prestação de contas. Portanto, o Governo deixou realmente de investir. Aí não adianta maquiagem números. Talvez seja esse o grande reflexo, é um dos reflexos que está acontecendo hoje na educação no Estado. Além disso, há outras coisas, num desrespeito flagrante ao orçamento, Deputado Zé Carlos, que é a questão das suplementações sem a devida autorização deste Poder. Então, isso também é algo grave. Se para fazer uma suplementação orçamentária tem que mandar para a Assembléia Legislativa, se não veio, está errado quem fez. Quer dizer, não dá para colocar que essas contas estão todas bonitas e maravilhosas assim.

Deixou de investir na educação, deixou de cumprir a Constituição Federal do país, deixou de mandar para cá a questão da suplementação orçamentária, é algo grave. Então, se eu for repetir tudo aquilo que já levantou o Deputado Zé Carlos do Pátio, a Deputada Verinha Araújo, enfim, outros Deputados que falaram aqui, nós poderíamos ficar discutindo essas contas por mais tempo e até usar, Deputado Zé Carlos do Pátio, do dispositivo que ainda temos, que é pedir vista. Nós ainda temos condições de pedir vista a essas contas do Governo.

Portanto, Sr. Presidente, eu quero aqui, ao encerrar as minhas discussões, colocar com muita tranquilidade, eu sou um profissional da educação, não posso admitir que o Governo deixe de investir nesse setor, o Governo criou recentemente um grupo de trabalho para analisar a questão da educação, para ver se tinha condições ou não de fazer reposição salarial.

O SINTEP já fez um levantamento, já está provando que tem condições, o Estado tem receita suficiente para dar 16,6% de aumento, reposição salarial. E o que diz o Governo até hoje? Questionou essa questão do SINTEP? É preciso que o Governo venha a público dizer que esses números que o SINTEP está colocando a todos nós não são verdadeiros. Precisa nos dizer: olha, esses números aqui não são verdadeiros! Mas foi a própria Secretaria que abriu a discussão. Abriu discussão para quê?

Aí, Sr. Presidente, com relação à educação, deixa-me triste, por mais que tenha uma escola bonita lá no Aroeira, como diz aqui o meu amigo e Deputado João Malheiros, é uma escola bonita realmente, mas quantas têm? Têm seiscentas e trinta e cinco escolas no Estado que não são bonitas como aquela do Aroeira, como aquela que inaugurou recentemente lá na cidade de Rondonópolis, como a que inaugurou em Várzea Grande. Eu sou daqueles que quero que todas as escolas sejam iguais. E gostaria que tivesse seiscentas e trinta e cinco escolas e o Governo Blairo Maggi vai terminar com um pouco mais de três. E aí? Aí nós vamos simplesmente dizer que essas

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE OUTUBRO DE 2005,
ÀS 08:00 HORAS.

contas estão bonitinhas, se não investiu aquilo que a Lei determina na educação? Alguns estão dizendo aqui: ah, investiu na saúde. Cumpriu a Constituição, porque a Constituição só fala o mínimo, ninguém fala do máximo. No máximo é todo que o Governo quiser investir. Quer dizer, são vinte e cinco por cento no mínimo, isso é obrigação.

Eu vi uma reportagem ontem que mostrava as condições das escolas aqui em Cuiabá, do lado do Aroeira, da Escola do Aroeira, que não tem carteira. Faltando carteira, lá em Sinop. Faltando carteiras! Portanto, é algo grave, para mim, não investir o mínimo na educação, é grave. E sem contar ainda, Deputada Verinha, eles tiraram o imposto de renda. O imposto de renda dá quase uma folha de um ano na educação. Eu me lembro que em 2004 batemos duro, foram noventa milhões que tinha saído do orçamento e que voltaram.

E através de resolução do próprio Tribunal de Contas que eu contesto, e que existe uma ação na Justiça da Deputada Verinha Araújo e nossa contestando isso, que imposto de renda é imposto pago. Se ele é pago, vinte e cinco por cento tem que ir para a educação, doze por cento tem que ir para a saúde, isso é lei. Então, eu reconheço, eu reconheço no governo que o governo avançou, alguns pontos avançou. Mas, na área social, esse governo deixou, nem deixou a desejar, esse governo é um caos. A área social do governo não funciona. E aí desativa a PROSOL porque o Presidente da PROSOL fez uns rolos lá. É, está cheio de auditoria na PROSOL, dizem tem... Aí desativa a PROSOL, ou a PROSOL funciona.

Então, é lamentável, eu estou fazendo isso porque reconheço a vontade inclusive do Governador. Já conversei com o Governador, reconheço e vejo a intenção dele. Mas nas Secretarias existem falhas e muitas. E a educação é um exemplo claro disso.

Portanto, Sr. Presidente, no parecer exarado pelo Deputado Eliene, na Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, o relator, Deputado Eliene, está recomendando o voto favorável às contas, mas está fazendo também ressalvas, como fez o Tribunal de Contas. O Tribunal de Contas deu Parecer favorável, mas enumera uma série de itens de recomendações que as Secretarias precisam cumprir. E precisam cumprir daqui até o final do ano. Portanto, eu serei fiscal rigoroso das recomendações que faz o Tribunal de Contas e que faz o relator dessa matéria, Deputado Eliene.

Eu vou, a partir da semana que vem, fazer Requerimento cobrando do Governo o cumprimento de todas essas considerações que faz o Tribunal de Contas. E a primeira delas é com relação à educação. Eu vejo os profissionais da educação andando pela Assembleia Legislativa, visitando os Deputados, procurando cada Parlamentar e pedindo apoio... (O MICROFONE É DESLIGADO.)

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Eu vou conceder mais um minuto ao Deputado Carlão Nascimento.

Antes, eu prorrogo de plano a Sessão por mais uma hora.

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Como profissional, como educador que sou, Sr. Presidente, eu não posso admitir que qualquer que seja o governante - e tive brigas homéricas quando estive na Secretaria com o Secretário de Fazenda. Essa turma gosta muito de arrecadar. Na hora de disponibilizar recursos constitucionais você tem que, às vezes, brigar.

Portanto, eu quero dizer que não posso concordar com um Governo que não investiu os 25% na educação; com um Governo que não cumpriu as metas estabelecidas para o ensino fundamental; com um Governo que não cumpriu com as metas estabelecidas para diminuir o índice de analfabetos no Estado; com um Governo que deixou aumentar o número de analfabetos no Estado, que é o Governo Blairo Maggi. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Encerrada a discussão. Em votação. O processo de votação será secreto.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE OUTUBRO DE 2005,
ÀS 08:00 HORAS.

Portanto, eu convido o Deputado Mauro Savi e a Deputada Verinha Araújo para participarem do processo de fiscalização de votação. Eu solicito que se verifique a urna, que abra a urna, que verifique o processo de votação.

Enquanto se faz todos os procedimentos para votação, queremos registrar com muita satisfação e desejar boas-vindas ao Prefeito Nelson Baumgratz, de Novo Mundo, que se encontra em nossas galerias; e também ao Prefeito de Novo São Joaquim, Sr. Jordão. Sejam bem-vindos! Sintam-se à vontade em nossa Casa.

Portanto, eu solicito ao 1º Secretário a chamada nominal para o processo de votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Sr. Presidente, passo a fazer a primeira chamada: Deputado Dilceu Dal Bosco, Deputado Joaquim Sucena, Deputado Humberto Bosaipo, Deputado Zeca D'Ávila, Deputado José Carlos Freitas (AUSENTE)...

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Só a título de informação, a pedido do Deputado Sérgio Ricardo, quem votar SIM está aprovando o Parecer do Tribunal de Contas; quem votar NÃO está rejeitando o Parecer do Tribunal de Contas.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Deputado Alencar Soares, Deputado Eliene...

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Quero fazer um comunicado aos Srs. Deputados. Estava marcada para hoje, às 11:00 horas, uma reunião com os Defensores Públicos no gabinete da Presidência.

Em função da apreciação das contas, o Deputado Carlos Brito achou melhor, e nós acatamos, adiarmos então essa reunião para logo após a reunião do Colégio de Líderes, às 16:00 horas. Então, ao terminar a reunião do Colégio de Líderes, às 16:00 horas, antes de irmos para o plenário, nós vamos atender a todos os Defensores Públicos. Essa reunião tem que se realizar hoje porque tem vários Defensores Públicos do interior do Estado que estarão presentes neste reunião.

O SR. 1º SECRETÁRIO (RIVA) - Deputado Campos Neto (AUSENTE), Deputado Chico Daltro, Deputado João Malheiros, Deputado Pedro Satélite, Deputado Mauro Savi, Deputado Renê Barbour, Deputado Sérgio Ricardo, Deputado Zé Carlos do Pátio, Deputado Nataniel de Jesus (AUSENTE), Deputado Ságuas, Deputada Verinha Araújo, Deputado Carlão Nascimento, Deputado J. Barreto, Deputado Carlos Brito, Deputado Sebastião Rezende, Deputado Riva, Deputado Silval Barbosa...

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Solicito que o Deputado Eliene assuma a Presidência para que eu possa exercer meu direito de voto.

(O SR. DEPUTADO ELIENE ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 12:16 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (ELIENE) - Solicito ao 1º Secretário que proceda à segunda chamada.

O SR. 1º SECRETÁRIO (RIVA) - Deputado José Carlos Freitas, (AUSENTE), Deputado Campos Neto (AUSENTE) e Deputado Nataniel de Jesus (AUSENTE).

Encerrada a votação, Sr. Presidente. Votaram 21 Srs. Deputados...

O SR. PRESIDENTE (ELIENE) - Convido o nobre Deputado Silval Barbosa para reassumir a Presidência.

(O SR. DEPUTADO SILVAL BARBOSA REASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 12:17 HORAS.)

O Sr. Humberto Bosaipo - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Gostaria de saber de Vossa Excelência quais foram os Deputados que não estiveram nesta Sessão, nesta votação.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Eu solicito ao Sr. 1º Secretário...

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE OUTUBRO DE 2005,
ÀS 08:00 HORAS.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Deixaram de votar, Sr. Presidente, nesta matéria, que já estiveram na Sessão, mas que saíram, os Deputados Campos Neto, Nataniel de Jesus e José Carlos Freitas.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Eu solicito ao Deputado Mauro Savi que proceda à abertura da urna e à conferência dos votos.

O Sr. Riva - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Com a palavra, o nobre Deputado Riva, pela Ordem.

O SR. RIVA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, público presente às galerias, enquanto confere os votos, eu queria informar que nós encaminhamos aos Srs. Deputados uma proposta de iniciativa popular, que altera o Código Florestal. E esta proposta, Sr. Presidente, basicamente visa restabelecer os 50% na área de floresta.

Nós fizemos uma exposição que o Governo Federal ao longo dos anos, Srs. Deputados, como forma de restringir o desmatamento, ao invés de aplicar o rigor da lei nos 50% do desmate, que era permitido, Deputado Ságuas, baixou aquela famigerada Medida Provisória nº 1.211, e não temos conseguido reverter lá no Congresso Nacional.

E nós apresentamos uma proposta, que está sendo encaminhada para todos os municípios do Estado e para todos os Estados da Amazônia para alterar o Código Florestal. E nós entregamos, hoje, para todos os Deputados um exemplar para que os Srs. Deputados nos ajudem a coletar assinaturas, que são 1 milhão e 200 mil assinaturas. E o encaminhamento é só aos Estados, Sr. Presidente, através de um Ofício Circular nº 204/05, que está aqui em anexo ao Projeto de Lei de iniciativa popular. Tem ganhado muito corpo em todo o interior do Estado, inclusive já com a lista para que os Srs. Deputados assinem de acordo, apresentando inclusive seus documentos, CPF, RG e Título de Eleitor para conseguirmos mudar a legislação atual.

E aí queria fazer uma ressalva, Sr. Presidente. Foi sempre muito fácil para o Governo Federal em todas as situações. Por exemplo, reforma tributária. Ao invés do Estado combater a sonegação, o que ele faz, Deputado Renê Barbour? Para suprir aqueles que sonegam, o Estado amplia a base e outros impostos. Amplia Imposto de Renda, amplia IOF, cria CPMF. No caso do desmatamento não foi diferente. Como dizia que tinham muitos proprietários que desmatavam 100% da propriedade, resolveu restringir a 20% o desmatamento. Era muito melhor aplicar a lei com absoluto rigor e manter os 50%. E é isso que nós queremos.

Sr. Presidente, as atividades econômicas no norte do Estado e nos Estados amazônicos estão comprometidas e não dá para imaginar um pequeno produtor sobrevivendo de 20% da sua área na Amazônia.

Então, estou apresentando essa proposta de iniciativa popular e solicitando aos colegas Deputados que nos ajude a colher as assinaturas. Os outros Estados amazônicos já estão engajados nessa luta e os municípios de Mato Grosso, como um todo, têm abraçado essa causa.

O Sr. Renê Barbour - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Renê Barbour.

O SR. RENÊ BARBOUR - Apenas duas palavras!

Deputado Riva, precisamos acabar com o termo mata de transição. Isso não existe! Ou é mata ou é cerrado! E transição subentende-se que essa madeira vai engrossar e vai virar árvore. Nós que conhecemos o problema, sabemos que essa madeira é estacionária, ela não vira mata. Eu tenho propriedade com 40 anos, 60 anos e está no mesmo estágio.

Então, nós temos que ter duas qualidades de terra: mata e cerrado, e estabelecer o percentual de cada uma.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE OUTUBRO DE 2005,
ÀS 08:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Já está em nossas mãos o resultado da votação: votaram 21 Srs. Deputados, sendo 18 votos SIM e 03 votos NÃO. Aprovado. Vai ao Expediente.

Portanto, a última matéria que eu recebo aqui, que a Deputada Verinha Araújo e o Deputado Zé Carlos do Pátio devolveram, é a Mensagem nº 68/05, de autoria do Poder Executivo.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei Complementar nº 22/05, de autoria do Poder Executivo, que reestrutura o Fundo de Desenvolvimento do Sistema de Pessoal - FUNDESP, e dá outras providências. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, acatando a Emenda nº 01.

Esta matéria já estava em discussão, nós fizemos a inversão e pauta.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª discussão.

Esgotada a pauta da Ordem do Dia, passemos às Explicações Pessoais. Não há orador inscrito.

Antes de encerrar a presente Sessão, convoco a próxima para, hoje, horário regimental, às 17:00 horas.

Compareceram à Sessão os seguintes Srs. Deputados: da Bancada do Partido da Frente Liberal - Dilceu Dal Bosco, Joaquim Sucena, Humberto Bosaipo, Zeca D'Ávila e José Carlos Freitas; da Bancada do Partido Popular Socialista - João Malheiros, Pedro Satélite, Mauro Savi, Renê Barbour e Sérgio Ricardo; da Bancada do Partido Progressista - Alencar Soares, Eliene, Chico Daltro e Riva; da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - Zé Carlos do Pátio, Nataniel de Jesus e Silval Barbosa; da Bancada do Partido dos Trabalhadores - Ságuas e Verinha Araújo; da Bancada do Partido da Social Democracia Brasileira - Carlão Nascimento; da Bancada do Partido Liberal - J. Barreto; da Bancada do Partido Democrático Trabalhista - Carlos Brito; Sem filiação partidária - Sebastião Rezende.

Deixou de comparecer à Sessão o Deputado Campos Neto, do PFL.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão (LEVANTA-SE A SESSÃO).

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:

- Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;
- Rosivânia Ribeiro de França;
- Tânia Maria Pita Rocha;
- Aedil Lima Gonçalves;
- Cristina Maria Costa e Silva;
- Donata Maria da Silva Moreira;
- Isabel Luíza Lopes;
- Regina Célia Garcia;

- Revisão:

- Nilzalina Couto Marques;
- Ila de Castilho Varjão;
- Laura Yumi Miyakawa.